

DIANE BALBINOT

**INCLUSÃO SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
QUESTÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL**

**FLORIANÓPOLIS, SC.
2009/1**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

INCLUSÃO SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
QUESTÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, elaborado pela acadêmica Diane Balbinot e orientado pela Professora Doutora Liliâne Moser.

FLORIANÓPOLIS, SC.
2009/1

DIANE BALBINOT

**INCLUSÃO SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
QUESTÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do curso de Graduação em Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, 10 DE JULHO DE 2009.

Profa. Dra. Liliâne Moser
Orientadora

Profa. Msc. Maria Izabel da Silva
1ª Examinadora

Marlene Aparecida Dias –
Gerente de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social
2ª Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu o dom da vida, me abençoou com a inteligência e me deu a graça de lutar para a conquista de minhas realizações e que segurou forte minhas mãos nos momentos difíceis. Obrigado por tudo Senhor!

Aos meus pais que me ensinaram viver com dignidade e respeito, que me ensinaram a lutar sem ferir. Em especial à minha mãe Delires, que sofre com minha ausência, mas tem compreensão e que acreditou em mim nas minhas conquistas pessoais e profissionais.

Ao meu pai Moacir, que deixou sua família muito jovem, mas que, com certeza, de onde está me acompanha e me protege todos os dias.

Ao meu irmão Darlan, às minhas sobrinhas Bruna e Kauane, os pequenos da família, que cresceram longe de mim, mas que eu amo muito.

Aos meus irmãos Dilvo e Dilmar e minha irmã Dilvane, que os levo no coração com muito amor e carinho.

Ao meu amor Abílio, que compartilhou os momentos finais da minha formação profissional. É uma pessoa que ocupa um espaço significativo e importante na minha vida. Pelos momentos felizes e infelizes que compartilhamos juntos. Que daqui pra frente os momentos de alegria e cumplicidade preencham nossas vidas.

Às amigas do coração, Jaqueline, Clarice, Renata e Simone que compartilharam comigo momentos de risos e de choros e que sempre me estenderam uma mão amiga nos momentos em mais precisei.

Aos professores universitários que contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal, com seus notórios conhecimentos e experiências profissionais.

Às colegas da faculdade que compartilharam comigo as angústias, dificuldades e conquistas da vida acadêmica, em especial as que se tornaram amigas, Mailiz, Fabi e Fran.

À supervisora de campo Alcione, que me acompanhou durante meu estágio e que muito ressaltou a importância dos princípios éticos na vida profissional.

À professora orientadora Liliane Moser, que me orientou com comprometimento, dedicação e paciência.

Às pessoas, que mesmo rapidamente, fizeram parte da minha vida e me deixaram boas recordações.

Se somos fortes, nossa força falará por si mesma. Se somos fracos, palavras de nada adiantarão. (John Fitzgerald Kennedy)

RESUMO

BALBINOT, Diane. **Inclusão Social e Qualificação Profissional: Questões para o Serviço Social.** Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009/**1**.

O presente trabalho tem como objetivo central analisar efeitos pessoais e sociais produzidos através dos cursos de qualificação profissional, realizados no município de Florianópolis, por meio do IGEOF, no que se refere à inserção profissional e na qualidade de vida dos participantes e suas famílias. Possui como objetivos específicos: a) Problematizar a globalização, a política neoliberal e as transformações no mundo do trabalho; b) Contextualizar as políticas brasileiras de emprego, trabalho e renda; c) Contextualizar a política de qualificação profissional, com destaque à executada em Florianópolis, através do IGEOF; d) Identificar dados em relação aos alunos iniciantes e concluintes desses cursos de qualificação profissional; e) Identificar informações sobre trajetórias de vida de alunos que participaram e concluíram os cursos de qualificação profissional; f) Conhecer a percepção dos alunos entrevistados acerca dos cursos de qualificação e problematizar os efeitos produzidos em decorrência dessa qualificação; g) Avaliar os benefícios, que o emprego ou a renda, proporcionam aos alunos inseridos no mercado de trabalho ou que adquiriram renda a partir da qualificação profissional. A fim de alcançar os objetivos desta pesquisa, utiliza-se o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida, mediante pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, orientada por técnica de entrevista, esta pautada por um roteiro de entrevista. Verificam-se as transformações no mundo do trabalho decorrentes da globalização, da reestruturação produtiva, do desemprego estrutural e da informalidade no Brasil. Constata-se ainda, como se constituiu as políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil, principalmente referentes à qualificação profissional e suas interfaces com a Assistência Social. Destaca-se a qualificação profissional realizada no Município de Florianópolis, enquanto uma das ações do Programa de Atenção Integral à Família, em parceria entre Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis e Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude. Realiza-se entrevistas com três sujeitos que conseguiram inserção no mercado do trabalho e/ou estão gerando renda a partir dessa qualificação profissional. As trajetórias de vida irão apresentar os diferentes perfis dos sujeitos entrevistados como, experiências profissionais, ocupações assumidas, e a contribuição desta qualificação profissional para a qualidade de vida e inclusão social desses trabalhadores e suas famílias. Para finalizar, constata-se como as transformações no mundo do trabalho colocam desafios para o Serviço Social que precisam atuar nas expressões da questão social, entre elas o desemprego. Este profissional precisa evocar as novas tendências presentes nas formas de organização e participação desta população excluída e compreender as suas relações com a desregulamentação do trabalho.

Palavras-chave: Desemprego, trabalho, qualificação profissional, inclusão social.

LISTA DE SIGLAS

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

IGEOF - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBF- Programa Bolsa Família

PIS - Programa de Integração Social

PLANFOR Plano Nacional de Formação Profissional

PLANSEQ/BF - Plano Setorial de Qualificação Profissional/ Bolsa Família

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PMAS - Plano Municipal de Assistência Social

PNQ - Plano Nacional de Qualificação

PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SPETR - Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SMCTDES - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude.

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO.....	10
2.0	AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....	12
2.1	O fenômeno da globalização e da reestruturação produtiva e os impactos no mundo do trabalho.....	12
2.2	Desemprego estrutural, precarização das condições de trabalho e informalidade no Brasil.....	20
3.0	O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA NO BRASIL.....	29
4.0	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIAL.....	38
4.1	A Qualificação Profissional e suas interfaces com a Assistência Social.....	38
4.2	Contextualização institucional e qualificação profissional no Instituto de Geração de oportunidades de Florianópolis.....	44
4.3	Trajetórias de vida e inclusão social pelo trabalho.....	48
5.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
6.0	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
7.0	APÊNDICES	
8.0	ANEXOS	

1.0 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é o resultado da experiência de estágio desenvolvida no período de março de 2008 a junho de 2009, na Prefeitura Municipal de Florianópolis, mais especificamente no Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOP).

As atividades de estágio consistiram em auxiliar o supervisor de campo nos projetos sociais de qualificação profissional e geração de renda no Município de Florianópolis. Enfatizam-se, prioritariamente, os cursos de qualificação profissional, promovidos em comunidades de interesse social, correspondente a uma das ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), realizado em parceria entre IGEOP e Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude (SEMAS).

Na sociedade contemporânea a qualificação profissional se apresenta como estratégia para combater os efeitos do desemprego, em um mercado de trabalho que é parte de um mundo globalizado, com políticas neoliberais. Diante disso, determinados segmentos da população ficam mais vulneráveis à exclusão do mercado formal de trabalho, que aposta em tecnologias avançadas e força de trabalho extremamente qualificada.

A temática contextualiza as transformações ocorridas no mundo do trabalho, em um momento em que a sociedade sofre os reflexos da esfera econômica e a partir desta vai adaptar-se às novas dinâmicas do capital. A reestruturação produtiva e a acumulação flexível fazem com que a sociedade atual se defronte com o desemprego estrutural, com a flexibilização dos direitos trabalhistas e com a precarização das condições e relações de trabalho.

A segunda seção contextualiza a organização da sociedade em relação às políticas de mercado de trabalho. No Brasil, as políticas de emprego, trabalho e renda procuram minimizar ou amortecer o tamanho do desemprego a espaços que não comprometam a estabilidade econômica, social e política.

As políticas sociais que visam proteção ao trabalhador e/ou garantia de emprego e renda é resultado de lutas reivindicatórias da classe trabalhadora, que pressionam o Estado a intervir nas expressões da questão

social com políticas públicas, porém, estas políticas não tem sido efetivas no sentido de acabar com o desemprego ou diminuir as desigualdades sociais vistas no país, geradas pelo modo de produção capitalista.

O terceiro momento do trabalho destaca a qualificação profissional e suas interfaces com a assistência social. Estas transformações colocam para o Serviço Social o desafio de evocar as novas tendências presentes nas formas de organização e participação desta população excluída. Compreender as suas relações com os processos sócio-políticos contemporâneos, em especial a desregulamentação do trabalho e a tendência à crescente automação do mercado foi o objetivo deste item do TCC.

No decorrer desta pesquisa procurou-se abordar questões relacionadas ao trabalho, desemprego, qualificação profissional e inclusão social. Em virtude das demandas emergentes do processo de acumulação do capital, o profissional de Serviço Social é chamado a intervir e atuar frente às expressões da questão social, pois que, uma parte considerável da população não tem acesso a políticas sociais públicas que amenizem os efeitos do desemprego e da pobreza presentes no Brasil.

Na última seção, contextualiza-se a Instituição em que foi realizado o estágio e destaca-se a qualificação profissional realizada no Município de Florianópolis, em parceria com o IGEOF. Em seguida, apresentam-se trajetórias de vida de trabalhadores que passaram por essa qualificação profissional, e que muito contribuíram para o entendimento da complexidade socioeconômica e cultural ao qual estão inseridos esses trabalhadores.

As trajetórias irão apresentar os diferentes perfis dos sujeitos entrevistados como, experiências profissionais, ocupações assumidas, e a contribuição desta qualificação profissional para a qualidade de vida e inclusão social desses trabalhadores e suas famílias.

Visando alcançar com êxito o objetivo do trabalho, emprega-se o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida, mediante pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, orientada ainda por técnica de entrevista, esta pautada por um roteiro de entrevista.

Para concluir, as considerações finais apontam desafios ao

profissional de Serviço Social na contemporaneidade e trazem recomendações em relação ao mercado de trabalho e à qualificação profissional.

2.0 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

2.1 O fenômeno da globalização e da reestruturação produtiva e os impactos no mundo do trabalho

O trabalho ocupa papel central na vida do homem contemporâneo, por seu meio constitui e forma a sua cultura. As transformações decorrentes do modo de produção capitalista são significativas e a sociedade atual se confronta com novos desafios no mercado de trabalho, como o desemprego.

Percebe-se que o desenvolvimento do sistema capitalista apresenta vários estágios e em cada período histórico possui características diferentes, o que faz com que a sociedade se reorganize para enfrentar os efeitos dessas transformações no seu cotidiano.

Historicamente, o Estado Capitalista passou por várias fases. Inicialmente a ideologia liberal era predominante, posteriormente, houve um período em que o Estado baseou-se nas políticas keynesianas, para finalmente se organizar em um Estado neoliberal, com forma flexível.

A fase considerada mais importante para reflexão neste trabalho foi a que decorreu com a crise da década de 70, que, como destaca Serra (2006, p.202, 203):

Expressa o esgotamento do período de expansão e desenvolvimento capitalista, a partir da Segunda Guerra Mundial, tendo como base o modelo de produção fordista-

taylorista e a regulação estatal fundamentada nas idéias keynesianas. [...] tendo em vista a busca por maiores taxas de lucro, objetivando o enfrentamento desta crise, resultou na reestruturação produtiva que modificou os processos de produção e o trabalho, alterando suas formas, condições e relações de produção.

Conforme Ferreira (1998, p.65), John M. Keynes, por volta de 1926, “propunha uma nova política social operacionalizada pelo Estado que garantisse o ‘pleno emprego’¹ fazendo com que a produtividade aumentasse e conseqüentemente o consumo.” Keynes “ao criticar a teoria econômica liberal, se contrapõe a esta dizendo que os indivíduos não possuem uma liberdade natural e nem há, na verdade, uma identidade natural de interesses entre o indivíduo e a coletividade.”

Foi, baseando-se nas idéias keynesianas, que o Estado começou a intervir na sociedade com políticas sociais para enfrentar a crise, ou seja, as políticas sociais como estratégias do capital para conter os movimentos sociais e não como direito da população por melhores condições de vida. Sob o aspecto jurídico pode-se verificar que o trabalho passou a ser visto como protetor da dignidade do homem desde o fim da Segunda Guerra Mundial, depois de muita violência contra a vida humana. Já em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, institui em seu Art. 22º, 23º e 24º², direitos econômicos, sociais, culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade; direito ao trabalho e a livre escolha do emprego e à proteção contra o desemprego; direito à remuneração justa, que lhe assegure, assim como à sua família, uma

¹ A teoria do pleno emprego foi adotada, principalmente, por países ocidentais e países em desenvolvimento e não se concretizou no Brasil. Porém, a teoria Keynesiana influenciou economistas de vários países do mundo, inclusive no Brasil, com reflexos na esfera política, econômica e social.

² Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Antunes (2006, p. 44) ressalta que o modelo fordista/taylorista trabalhava com o sistema de produção em massa, cronometrada, com ritmo controlado e foi dominante até início de 1970, quando ocorreu a crise. As medidas adotadas para superar a crise impulsionaram a reestruturação produtiva que é baseada no ideário da empresa enxuta, com limitação de trabalho vivo e aumento do trabalho morto, tecnologias, reduzindo a força de trabalho e aumentando a produtividade. O resultado deste processo é o desemprego explosivo, a precarização ilimitada, o rebaixamento salarial e a perda de direitos.

Os anos 60 e 70 foram de crescimento da economia com baixas taxas de desemprego. No entanto, Ricardo Antunes (2006, p. 41) destaca que nos anos 70 ocorre a crise estrutural do sistema capitalista que para superá-la cria estratégias como a financeirização da economia. Entretanto, estas estratégias causaram profundas repercussões no mundo do trabalho e das classes trabalhadoras, o que gerou fortes conseqüências, tanto no que concerne ao trabalho quanto ao mundo do capital. Esse conjunto de mudanças objetivava recuperar os seus níveis de acumulação e reprodução do capital e repor a hegemonia que vinha perdendo no interior do espaço produtivo.

Bravo (2006, p. 10) assinala que:

As alterações decorrentes da reação burguesa à crise do capital dos anos 70, [...] operaram uma hipermetrofia na dinâmica do capital, manifestando-se na reestruturação produtiva, na mundialização do capital e em profundas mudanças na esfera do Estado,

exigidas pela ‘política de ajuste’, concebida pelo Consenso de Washington³.

As metas propostas por este Consenso fazem parte da própria globalização e do neoliberalismo, que trazem em seu bojo o crescimento e o fortalecimento de uma reduzida classe de capitalistas transnacionais enraizados às multinacionais e aos bancos estrangeiros (PETRAS 1997, p. 16-17).

Nessa perspectiva, Ferrari (1998, p.44) aponta que “movido por interesses da classe dominante, o poder econômico fundiu-se ao poder político, que representava também o poder público, regulamentando o trabalho e as atividades econômicas”, ou seja, o Estado passou a intervir nas políticas sociais conforme o acordo estabelecido no Consenso de Washington.

No Brasil, como nos demais países da América Latina, essas mudanças assumiram características próprias, respeitando as diferenças conjunturais e estruturais, porém direcionadas conforme o interesse do capital internacional. Se, por um lado, a evolução do processo de transformação gerou inovações técnico-científicas, por outro, não preservou a proteção dos trabalhadores, por conta do processo de flexibilização.

No núcleo dessa dominação estão os países ditos capitalistas avançados, formados principalmente por Estados Unidos, Alemanha e Japão. Na periferia estão os demais países, entre eles o Brasil, com industrialização

³ Conjunto de medidas, elaborado em novembro de 1989, por economistas de Instituições Financeiras, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990. Essa política passou a ser indicada para que os países em desenvolvimento, que passavam por dificuldades, pudessem se ‘ajustar’ de forma macroeconômica.

intermediária ou tardia (ANTUNES, 2005).

As transformações do capitalismo tendem a reduzir ou extinguir os direitos do trabalho. O crescimento acelerado das terceirizações dos serviços gera a precarização das condições e relações de trabalho. Quanto maior é o desemprego, o subemprego e os trabalhos informais mais se deterioram os níveis de salário.

Nos anos 80, o Brasil é marcado por períodos de conflitos, de organização popular, lutas coletivas e de reivindicações dos trabalhadores que desejavam o fim da ditadura e reivindicavam um Estado Democrático.

Nesses movimentos se encontravam trabalhadores, estudantes, sindicatos, tendo como fato marcante o movimento das “Diretas Já”, que tinha como líder Ulisses Guimarães.

O período ditatorial acabou em 1985, e o primeiro presidente pós-ditadura foi José Sarney, que em 1988 sancionou a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), que regulamenta os direitos fundamentais do cidadão, os princípios do Estado, já previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No sistema de proteção social criou a Seguridade Social, instituiu um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos, em seu Art. 1. Incisos: II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa⁴.

Conforme Art. 6º da CF/88 (BRASIL, 2003): “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil:1998, 21 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

desamparados na forma da constituição”.

De acordo com Ribas, (2005) as mudanças no cenário político, econômico e social, no final do século XX, foram notáveis e implicaram em conquista de direitos. No entanto houve consequências visto que as diferentes formas de produção capitalista aumentaram a concentração de renda, através da precarização das condições de trabalho. O capitalismo apresentava “características pautadas na busca de novos nichos de consumo, novos modos de fetichização dos signos de capital, enfraquecimento sindical, criação de novos setores produtivos, novas mercadorias e novos modelos organizacionais do modelo trabalhista”. (RIBAS, 2005, p. 53).

Se por um lado, a década de 90 expressa conquistas de direitos sociais (pelo menos formalmente) a toda população, legitimando ‘todos’ como sujeitos de direitos, por outro, contraditoriamente, a sociedade vivencia as novas características do sistema capitalista, ou seja, a reestruturação produtiva e a acumulação flexível com finalidade de intensificar a exploração da força do trabalho, que no dizer de Karl Marx (1818-1883) é a “exploração dos burgueses aos proletários”.

É também em 1991 que a globalização ou mundialização do capital teve seu ápice, quando ocorre a queda do regime socialista da União Soviética. Junto com a globalização veio o avanço das tecnologias, as terceirizações e as privatizações, que forçaram as empresas a se reestruturarem para se prevenir de uma possível retração nos espaços de mercado.

Essa estrutura do capitalismo a partir da globalização faz compreender por que as crises têm impactos globais, assim como esse novo sistema passa a

exigir dos governos nacionais a flexibilização dos direitos do trabalho se ajustando à fase do capital flexível.

Antunes (2006, p.48) afirma que “é nesta contextualidade crítica para o universo do trabalho, caracterizada por uma espécie de processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho”.

Esse novo tipo de trabalho passa a chamar o trabalhador vivo de colaborador e não mais de trabalhador, ou seja, o trabalhador não deve se sentir trabalhador e sim um colaborador, um cooperador da empresa, que mesmo com redução dos direitos trabalhistas e salários baixos deve se sentir ‘parte’ da empresa.

O empregado ainda se vê obrigado a se adaptar às novas condições da empresa, qualificando-se, ganhando quase nada por isso, e, caso não se qualifique como nova exigência da empresa, pode não permanecer no emprego.

Segundo Couto (2004), o século XX trouxe grandes mudanças no mundo do trabalho, implantou-se um novo padrão econômico, uma profunda transformação na produção da riqueza. Segundo a autora estamos enfrentando uma terceira revolução tecnológica, na qual existe uma predominância da substituição dos trabalhadores pelas máquinas, ou seja, a automação do trabalho, o que traz como consequência uma geração de desempregados.

Em meio a isso, enquadra-se a famigerada flexibilização das normas trabalhistas que vem associada à forte concorrência entre trabalhadores pelos postos de trabalho e um crescente índice de desempregados e excluídos que fazem parte, respectivamente, do “exército industrial de reserva” (Marx, 2002, p. 735) e da massa marginal. Esta situação “força” os empregados a se submeterem à redução de seus direitos trabalhistas para não perderem seus

empregos.

Conforme demonstrou Ribas (2005, p. 22):

Da mão-de-obra disponível e dos trabalhadores carentes dos meios de subsistência, firma-se como consequência a exploração do chamado 'trabalho produtivo', predominando como essência da realização do capital, na qualidade de fonte de 'mais-valia'. Para que o capital se realize plenamente é necessária a existência de uma mão-de-obra excedente no mercado de trabalho, para que haja a acumulação de forma que ela funcione como alavanca desse sistema, constituindo um 'exercito industrial de reserva que está sempre pronto para ser explorado'. Essa massa de trabalhadores funciona de maneira a pressionar o núcleo do mercado de trabalho que é formado pelos trabalhadores empregados, pois esses temem perder o emprego e por isso acabam se sujeitando a trabalhar em condições mais precárias e com baixos salários.

Em consequência desses fatores os sindicatos e/ou classes deixam de lutar por proteção e reivindicação de direitos sociais, perdendo sua força, pois que existem muitos excedentes que dificultam as negociações. Desta forma, os trabalhadores se sujeitam a qualquer tipo de trabalho, desde que lhe garantam algum tipo de renda para a subsistência.

Para Antunes (2006, p. 49):

Flexibilizar a legislação social do trabalho significa não ser possível nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora.

Ou seja, antes mesmo dos direitos sociais serem concretizados de fato, a tendência marcante na sociedade capitalista, a partir dos anos 90, é reduzi-los ou eliminá-los.

Sendo o trabalho um direito social, e, para melhor compreendê-lo, vale ressaltar algumas vertentes teóricas que conceituem e qualifiquem essa categoria.

Nogueira (2006, p.139) salienta que o trabalho se apresentou de inúmeras formas ao longo do processo histórico que se mantém "como um

momento de efetivação das relações sociais, visando a produção social e a reprodução da humanidade e sendo uma condição de existência do homem”. Dessa forma, o trabalho além de proporcionar inclusão social, também é fundamental para que o homem se reproduza e sobreviva.

Iamamoto, (2007, p.415) destaca que o trabalho na sociedade burguesa tem como pressuposto o reino mercantil, “no qual se assenta a forma social da propriedade privada capitalista e a divisão do trabalho que lhe é correspondente.” Essa divisão do trabalho tem estrutura historicamente definida, na qual o indivíduo encontra-se determinado pela sociedade, ou seja, o indivíduo não tem liberdade plena para escolher seu emprego, sua forma de vida, ele está determinado pelos interesses do capital e é preciso adaptar-se para não ficar excluído socialmente.

Iamamoto (2007, p.419) ainda complementa:

À medida que a satisfação das necessidades sociais se torna mediada pelo mercado, isto é, pela produção, troca, e consumo de mercadorias tem-se uma crescente divisão do trabalho social. [...] passando pelas formas singulares e particulares dentro de ramos de produção, até a divisão do trabalhador no interior das empresas. Essa divisão determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas tão logo o trabalho assume um caráter social, executado pela sociedade e através dela.

Entretanto, ainda há hierarquia dentro das empresas, pois que, é o valor recebido em troca do trabalho que satisfaz as necessidades básicas dos indivíduos e deste modo, quem detém os meios de produção que confere à “parte elitizada” nas empresas, com melhores salários e condições de trabalho, enquanto os demais trabalhadores ocupam cargos terceirizados, precários e com menos garantia de direitos.

Iamamoto (2007, p.19-20) explica, ainda, que na sociedade capitalista “o trabalho humano é expressão da atividade humana num contexto de alienação e a divisão do trabalho é a expressão econômica de caráter social dentro da alienação.” E é nesse contexto, marcado pela necessidade de trabalhar, que os indivíduos se submetem às diferentes formas de exploração e de precarização das condições de trabalho e acabam por naturalizar estas condições e por isso, o trabalho se torna inconsciente, alienável.

Ao descrever sobre a exigência do modo de produção capitalista para recomposição do ciclo de reprodução do capital, na esfera da produção como nas relações sociais, Gusmão (1998, p.48) afirma que:

No enfrentamento das mudanças exigidas pela reorganização do trabalho, no âmbito da luta política, se processa no Brasil uma cultura da crise, que constrói em cada empresa uma linguagem de conciliação e salvacionismo... e que tenta tornar os trabalhadores 'parceiros no enfrentamento da crise que não foi por eles tecida'. Este modo de pensar é gestado [...] que procura naturalizar a objetividade da ordem burguesa.

Traduzindo para os dias de hoje, isso quer dizer que esses trabalhadores seriam os que Demo (1988) chama de pobres politicamente, os que deixam se alienar e corromper sem questionar; é aquele que é massa de manobra, é escravo, é objeto, expectador, não-criativo, produto. Essa 'pobreza política' não se confunde com pobreza material; esta, de acordo com o autor é desigualdade produzida.

Conforme Bravo (2006, p.10):

O trabalho é compreendido como fundamento da sociabilidade e como processo de autocriação humana. A lógica do valor, desvendada por Marx no século XIX, permanece como núcleo essencial do capitalismo, na sua bárbara versão contemporânea. Há, entretanto, a ampliação da subsunção do trabalho com os componentes de alienação, fetichismo e reificação, destruindo o componente humanista do trabalho como processo de socialização e emancipação.

Já para Sandroni (2000), trabalho pode ser definido como toda atividade humana voltada para a transformação da natureza com o objetivo de satisfazer uma necessidade. Para Ferreira (1999), trabalho é a atividade humana considerada como fator de produção, ou seja, ambos os autores compreendem o trabalho como atividade concreta.

Nesse sentido, o trabalho é fator determinante dentro de uma sociedade e deve ser entendido dentro de uma lógica societária mais complexa, em que a atividade humana tem importante papel, tanto para os sujeitos quanto para

seus familiares, no que diz respeito à subsistência da vida e da própria interação social.

A partir desta conjuntura vista no mundo do trabalho, percebe-se que a atividade laboral, apesar de necessária, encontra-se cada vez mais precarizada, seja pela robótica que torna o trabalho ‘descartável’, seja pelo próprio desenvolvimento do capitalismo neoliberal que explora a mão de obra com a certeza de que existe um ‘exército industrial de reserva’. Marx demonstrou como o exército de reserva está diretamente relacionado com a acumulação do capital, pois uma vez que tem um trabalhador excedente é possível explorar o trabalhador empregado e garantir maior lucratividade para o capital.

No entanto, apesar de o trabalho ser necessário e importante, o indivíduo precisa ser contemplado por outros direitos sociais, já previstos nas legislações e que garantem a dignidade humana. Porém, se o trabalho subtrai muito da energia do trabalhador, que já vive uma situação de difícil acesso aos demais direitos sociais, o trabalho se torna estressante e deixa de ser um direito entendido como emancipador do sujeito.

Para finalizar, Nogueira (2006) salienta que a vida não pode se resumir exclusivamente ao trabalho, pois que, desta forma aquela se resumiria num esforço penoso, unilateralizando-os. Se por um lado o homem necessita do trabalho para sobreviver e se reproduzir, por outro o trabalho aliena e o escraviza, e é por isso que a questão do trabalho é, ao mesmo tempo, complexa e fundamental na vida dos indivíduos e de suas famílias.

O próximo item enfocará o processo de precarização das condições de trabalho, o aumento do desemprego estrutural e as conseqüências da informalidade no Brasil.

2.2 Desemprego estrutural, precarização das condições de trabalho e informalidade no Brasil.

O desemprego e a precarização das condições de trabalho é um fenômeno

intrínseco ao processo de acumulação do capital. O aumento significativo da produtividade decorrente desse processo garante amplos poderes ao capital, sendo o desemprego e a precarização suas expressões mais nocivas. Além disso, a globalização e a reestruturação produtiva, portadoras de contradições e ambiguidades, bloqueiam o acesso aos direitos básicos da população.

A questão do desemprego e da pauperização dos trabalhadores é fenômeno mundial e se baseia na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida (MARANHÃO, 2008). No Brasil, a população expõe suas condições de vida no mundo do trabalho como angustiante expressão da questão social que faz parte do cotidiano do trabalhador.

As mudanças no modo de produzir ocasiona segmentação social e perda dos direitos constituídos até hoje. Por sua vez, há uma tendência ao crescimento das atividades informais. Face à redução de empregos, desenvolve-se na sociedade um conceito de que qualquer possibilidade de ganhar dinheiro, por mais precária e instável que seja, passa a ser entendida como trabalho.

De acordo com Tavares (1998, p. 55-56) “o setor informal ocupa espaços permitidos pelo movimento de acumulação do núcleo capitalista [...] e ocupa de forma integrada e subordinada os interstícios da produção capitalista”. O autor complementa que as atividades informais não gozam de autonomia e ocupam espaços que não interessam ao setor formal, por não oferecerem condições para o desenvolvimento sistemático de um processo de acumulação de capital. Frente aos altos índices de desempregos, as atividades informais são alternativas para os trabalhadores

desempregados.

Diante da falta de acesso ao emprego formal, Prandi (1978) ressalta que o ingresso nas atividades informais ou trabalho por conta própria pode ser opção do trabalhador, mas pode ser uma alternativa aberta pelo próprio capital, na medida em que estas atividades não estão sendo assumidas pela empresa capitalista. Sabe-se que, se esses desempregados não se inserirem num mercado de trabalho informal, continuarão sem emprego.

Behring (2008, p.155), ao analisar as mudanças nas condições técnicas e políticas de exploração da força de trabalho através da reestruturação produtiva, afirma que “o impacto mais evidente das novas condições de trabalho [...] foi o crescimento das demandas decorrentes do acirramento do desemprego, das desigualdades e do pauperismo, provocando a predominância das políticas de assistência social”. Ou seja, se não houver políticas de trabalho que garantam o emprego como direito social e emancipação dos sujeitos, estes continuarão beneficiários de políticas focalizadas e isoladas.

Essa dinâmica do capital atinge todos os trabalhadores que dependem de salário, ou seja, tanto os empregados como os desempregados. Ao falar dos efeitos do capitalismo Grave (2002, p. 74) destaca que:

O desemprego é a face mais séria e desumana deste padrão de acumulação, principalmente em países como o Brasil, inscrito perifericamente no circuito capitalista e com vasta tradição autoritária, clientelista e subumana aos ditames internacionais e com milhares de cidadãos abaixo da linha de pobreza.

Diante das transformações tecnológicas e do modelo neoliberal Vieira (1997) destaca que a política amplamente desenvolvida, refere-se àquela política que nega os direitos sociais, pois pretende garantir o mínimo de sobrevivência para os indigentes, vincula diretamente o nível de vida no

mercado, transformando a vida em mercadoria. Ou seja, uma vez que o Estado executa suas políticas por um viés neoliberal, redireciona o fundo público para o capital, deixa apenas no papel os objetivos da República Federativa do Brasil, que prevê em seu Art. 3, inciso III, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 2003)

Abranches (1985, p.30) define a pobreza como sendo:

A destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem estar.

Dessa forma, pode-se averiguar uma intrínseca relação entre o desemprego, a precarização do trabalho e a pobreza. O crescimento das ocupações por conta própria, de assalariados sem carteira e as altas taxas de desemprego revelam o perfil e sua dimensão atual.

Pochmann (1997, p.21) enfatiza que o desemprego no Brasil possui efeitos econômicos conjunturais e componentes de natureza estrutural, decorrentes da formação e dos desdobramentos históricos da economia brasileira e assinala:

As causas principais do desemprego são mais abrangentes (exógenas), sendo condicionadas por variáveis estruturais, como as mudanças tecnológicas, a menor capacidade dos estados realizarem políticas nacionais, as políticas econômicas conservadoras, descompromissadas com as metas de pleno emprego e de distribuição de renda, a intensificação da internacionalização das economias que se dá em ambiente de desregulamentação e de aprofundamento da concorrência, entre outras.

Ainda segundo Pochmann (1997, p.26) a atual precarização do mercado de trabalho brasileiro ocorre em um quadro de ausência de crescimento econômico sustentado. “[...] atualmente as economias de mercado registram crescimento com baixa geração de empregos, o que tem implicado em aumento das desigualdades e em novas formas de exclusão social.”

Esse processo contradiz à ideologia difundida pelo capitalismo, quando afirma que a economia deve crescer para conseqüentemente as desigualdades diminuïrem. Na prática, a economia cresce, adota novas tecnologias, novas formas de precarização do trabalho, o capital adquire maior lucratividade, enquanto a grande maioria populacional continua sem emprego ou com baixos salários. É dessa forma que as desigualdades sociais se perpetuam e se aprofundam, trazendo as diversas formas de exclusão social dos sujeitos.

Maranhão (2008, p.38) afirma:

Enquanto a economia capitalista vem demonstrando uma enorme capacidade de reestruturar seus mecanismos de acumulação e aumentar significativamente os lucros das grandes empresas transnacionais, o tempo médio de procura por trabalho tem aumentado ano a ano e o mundo industrializado se caracteriza cada vez mais pelo desemprego de longa duração, que está privando uma parcela considerável de trabalhadores da possibilidade de sustento.

Historicamente, o capitalismo mesmo enfrentando períodos de crise se recria, trazendo novas alternativas para manter o lucro e quando volta seu progresso, volta cada vez mais forte. Atualmente, vive-se uma crise mundial do capitalismo, com quedas acentuadas nas taxas de lucro e empresas que decretaram falência. A conseqüência para a população são os

números mais elevados de desempregos e a falta de condições financeiras para atender as necessidades básicas das famílias.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março de 2009, depois de 18 meses, o número de desempregados nas seis maiores regiões metropolitanas do país voltou ao patamar de 2 milhões de brasileiros. Dessa forma, a taxa de desemprego no país aumentou para 9%. Ou seja, em meio a crise e o cenário econômico atual está mais difícil para o trabalhador conseguir emprego.

Em relação ao emprego informal, conforme relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicado em abril de 2009, a porcentagem de informalidade no mercado de trabalho entre 1990 a 1999 era de 60%, enquanto de 2000 a 2007 foi de 51,1%. E de acordo com o IBGE, observou-se que o setor com maior informalidade são a construção civil e vendedores em geral.

Apesar de o mundo estar diante de um momento de crise, talvez os governos comecem a pensar na ampliação de políticas sociais, a fim de incentivar o consumo, aquecer o mercado. Para os sujeitos, pode ser um momento em que o Estado crie alternativas para melhorar as condições de acesso da população a bens e serviços. No entanto, sabe-se que o capitalismo se reconstituirá, e aos poucos, os direitos serão supridos e as desigualdades continuarão, pois para a lógica do capitalismo é preciso que uma minoria tenha a concentração da renda enquanto muitos sejam excluídos do processo de distribuição da riqueza.

Ruiz apud Arruda Júnior (1998,p.25) ressalta que:

A globalização também produz sociedades fragmentadas nas quais aumenta a distância entre uma minoria que se integra com plenitude no mercado mundial e uma maioria cada vez mais pobre, entre regiões que logram aproveitar os benefícios de entrar no circuito mundial e outras que somente recebem as migalhas do pão global e não recebem nada.

Ou seja, a concentração de riqueza na sociedade capitalista e a exploração de uns sobre outros, se dá tanto na conjuntura de um país, como também a nível mundial, em que países desenvolvidos, com maior poder econômico ou militar, subordinam, principalmente, os em desenvolvimento tardio. Para estes países a desigualdade social e o desemprego são muito mais expressivos e a população amarga suas consequências.

Em relação ao mundo do trabalho, fortemente atingido pelo processo da globalização e do desenvolvimento do capitalismo, Pochmann (1997, p 24) enfatiza que a dimensão estrutural do desemprego no Brasil decorre da “herança histórica de continuado abandono das políticas de industrialização, que foram conduzidas sem a realização de reformas clássicas do capitalismo moderno, como na estrutura agrária, entre outras”. Mas, por outro lado, também do “abandono do projeto de industrialização, da crise dos anos 80 e do processo abrupto de abertura comercial e de reestruturação empresarial em curso nos anos 90.”

Vale ressaltar outro fator responsável pelos altos índices de desemprego a partir da década de 70, qual seja, a migração da população do campo para a cidade, decorrente da industrialização e insuficiência de políticas agrárias. O homem do campo vai para a cidade procurar emprego na indústria, mercado de trabalho moderno, e ainda pela fascinação e bem estar que a vida urbana pode oferecer, até se transformar em operário fabril.

Atualmente, muitos postos de trabalho deixam de existir em decorrência do

processo de industrialização também responsável para a estruturação do mercado que sustentou o desenvolvimento econômico do Brasil, mas que é incapaz de absorver a mão de obra⁵ excedente no mercado de trabalho.

Conforme Pochmann (2001) nos anos 30 a grande maioria da população encontrava-se no meio rural, o Brasil era um país agrícola, mas nas décadas de 80 e 90, muitas famílias migraram para a cidade ocasionando uma superpopulação e com o tempo, a indústria não deu conta de absorver todos os trabalhadores, criando uma população excluída do mercado de trabalho e dependentes de políticas assistenciais.

No entanto, essa urbanização se dá de forma não organizada causando o problema do emprego, mesmo que inicialmente quase despercebido. Conforme Albornoz (1992, p.29) “o processo de urbanização deu-se de forma incorreta, com falta de condições necessárias para um ‘assentamento’ correto da população, como habitação, saúde, transporte, infraestrutura, educação, saneamento”, entre outras expressões da questão social que aos poucos, se tornaram presente nos centros urbanos.

A economia brasileira ficou agravada em 1990, pois estava mais dependente das grandes potências mundiais e dos bancos internacionais. A precarização das relações de trabalho afirmou-se como tendência a partir desse momento. Conforme Ribas (2005, p.98) o Governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 90:

Foi pautado em recessão, aumento da taxa de juros, nas privatizações, contenção de investimentos públicos e de gastos em geral da máquina estatal nos setores da educação, saúde e dos salários do funcionalismo público, na constante busca de impedir o aumento dos preços e da inflação, conduzindo o país na doutrina neoliberal.

O desemprego torna-se estrutural, ou seja, não diminuirá significativamente nem mesmo na fase de crescimento da economia, pois o mercado de

⁵ O termo mão de obra é utilizado neste trabalho com significado de força de trabalho, ou seja, não exige apenas capacidade física do trabalhador, exige também capacidade intelectual.

trabalho não conseguirá oferecer vagas para todos os trabalhadores. Dessa forma, milhares de trabalhadores aceitarão empregos precarizados e sem cobertura de direitos trabalhistas.

Ribas (2005, p.53-54) enfatiza que, especialmente nas duas últimas décadas, “houve um agravamento das precarizações nas relações entre capital e trabalho, marcado também pela [...] inserção da mão-de-obra feminina e jovem no mercado de trabalho”, o que é fenômeno mundial e não apenas de países em desenvolvimento tardio. Vale ressaltar como ocorreu o processo de inserção do trabalho feminino no mercado de trabalho.

Conforme Nogueira (2006, p.52):

É na sociedade capitalista que o trabalho feminino mais se projeta. [...] As mudanças operadas com o advento do capitalismo industrial não fizeram senão tornar evidentes as funções econômicas das mulheres que desempenham atividades ocupacionais fora do lar, obscurecendo, portanto, seu papel nas indústrias domésticas, que antecederam o regime das fábricas gigantescas e, simultaneamente, marginalizar um grande contingente do sistema dominante de produção de bens e serviços.

A inserção da mão-de-obra feminina no mercado, por um lado foi uma conquista para as mulheres, mas por outro, foi mais uma forma do capital precarizar o trabalho, pois o trabalho da mulher se inseriu de forma precarizada no mercado.

Nogueira (2006, p.125) ressalta a necessidade de a mulher estar inserida no mercado de trabalho, ou seja, “a questão da inserção da mulher no mundo do trabalho produtivo não se dá unicamente pela sua necessidade de emancipação, mas também pelo primado da necessidade, para a busca da sobrevivência e reprodução.” Ou seja, a sobrevivência e a reprodução de toda a

família dependem da renda e/ou emprego, muitas vezes, unicamente de responsabilidade da mulher.

Marques (2004, p.149) também ressalta que nesse contexto de desemprego, “a força de trabalho feminina é mais atingida em decorrência das questões discriminatórias associadas à inserção das mulheres na sociedade, intensificando sua presença em fenômenos sociais emergentes, como a precarização do trabalho.”

Nesse contexto de um mercado de trabalho escasso, com empregos flexíveis, pode-se observar também, leis trabalhistas flexíveis que afetam as condições de trabalho do empregado. Como observa Ribas (2005, p. 20) ao dizer que a “história do trabalho está ligada à história do próprio direito do trabalho e que o momento atual é o da flexibilização das normas”.

Retomando a questão da atividade informal, decorrente de fatores já elencados anteriormente, cabe destacar que o emprego formal é aquele regulamentado por lei, vinculado ao Regime da Previdência Social, enquanto o informal não tem os amparos trabalhistas, uma vez que os direitos trabalhistas estão vinculados à previdência social.

Dessa forma, a restrição do direito ao trabalho impede a universalidade da seguridade social e provoca um aumento dos desempregados ou subempregados que recorrem aos rendimentos derivados dos programas assistenciais como única alternativa de sobrevivência. Boschetti (2008, p.13-14) afirma:

O modo como se estrutura e se desenvolve as relações de trabalho capitalistas é determinante na configuração e abrangência dos direitos da seguridade, visto que estes derivam dos direitos do trabalho. A dimensão nuclear da seguridade social – os benefícios previdenciários e assistenciais – se efetiva (ou não) mediante o acesso da classe trabalhadora ao trabalho e ao emprego. A seguridade social, por um lado, assume a função de garantir direitos derivados do trabalho (aposentadoria, seguro desemprego,

ensões, auxílio doença, licença maternidade, salário família). [...] Mas esses direitos se destinam apenas àqueles que vivenciam ou vivenciaram um relação de trabalho estável, com emprego e contribuição de longo prazo decorrentes do salário. Por outro lado, os ajustes estruturais e o aumento generalizado do desemprego nos países capitalistas vêm provocando o surgimento e expansão de programas assistenciais de transferência de renda para aqueles que não têm acesso ao trabalho, com a função de garantir acesso a rendimentos mínimos.

Sendo assim, os trabalhadores informais ficam destituídos dos direitos derivados do trabalho e, a partir do momento em que não realizarem mais a atividade informal, serão usuários de políticas assistenciais, de transferência de renda, e lutarão apenas para sobrevivência sua e da família. Dessa forma, a necessidade de sobreviver tolherá a liberdade, a autonomia e a emancipação enquanto sujeitos de direitos.

Ainda de acordo com Boschetti (1998, p. 33-34):

Esta combinação – previdência decorrente do exercício do trabalho e assistência aos pobres inaptos ao trabalho – pode parecer coerente e garantir proteção social universal nos países onde predomina (ou que predominou) o que se denomina de ‘sociedade salarial’, porque assegura cobertura social a todos os trabalhadores integrados no sistema produtivo. Mas, esta combinação deixa completamente em descoberto a questão de como assegurar renda aos pobres economicamente ativos, ou seja, àqueles que estão em condições de trabalhar, mas que são rejeitados ou expulsos do sistema produtivo.[...] Mas no que concerne as prestações de substituição de renda (tanto os benefícios previdenciários quanto os assistenciais, a associação previdência-assistência só responde parcialmente ao problema dos trabalhadores pobres que não estão inscritos na ordem formal do trabalho assalariado e que constituem um contingente importante da população. O complexo previdenciário-assistencial, tal como sugerem formalmente as legislações correspondentes, produz uma dupla categorização: é a obrigação do trabalho (assalariado ou não) que garante o direito aos benefícios previdenciários de cobertura dos riscos sociais; e é a obrigação de se ter várias razões que justifiquem o não exercício do trabalho que garante o direito às prestações assistenciais continuadas.

Em vista disso, percebe-se que um grande contingente da população está em situações de risco social, desprotegidos de políticas públicas eficientes, pois para receber os benefícios previdenciários a condição

é ser trabalhador e contribuir para a previdência e não apenas ser cidadão. Além disso, ainda conforme Boschetti (1998, p.34), os benefícios previdenciários de substituição de renda é condicionado às contribuições efetuadas, além de que “alguns benefícios já não correspondem a riscos derivados da perda do trabalho e/ou renda, e que sempre estiveram na órbita da previdência social, foram transferidos ao domínio da assistência social” como é o caso do Benefício de Prestação Continuada, destinado a idosos e a portadores de necessidades especiais, e ainda auxílio funeral e natalidade. Ou seja, as políticas de trabalho e/ou renda não tem caráter de universalidade, apenas minimizam a situação de pobreza, mas não geram igualdade ou distribuição de renda.

Boschetti (2008) também destaca que, mesmo diante da incapacidade, cada vez maior, do modo de produção capitalista assegurar trabalho para a totalidade daqueles que só dispõe da força de trabalho para sobreviver, o trabalho continua sendo uma forte condição para o acesso a seguridade.

Além dos fatores de exclusão no mercado de trabalho há exigências para o ingresso ou permanência no emprego, entre elas está a qualificação e a escolaridade, tendo em vista que há expansão do trabalho com múltiplas funções e redução do trabalho manual decorrente da tecnologização.

A flexibilização pede qualidade e o trabalhador que apresentar a melhor qualidade, a melhor qualificação, àquele que estiver acompanhando o processo de avanço tecnológico, da era da microeletrônica e da atomização é que poderá ser absorvido no mercado de trabalho. Dessa forma, a partir do momento em que o trabalhador não responde mais aos requisitos de qualidade da empresa, ele aos poucos, será excluído, demitido, o que implica em uma insegurança e instabilidade no emprego.

A sociedade capitalista enfrenta as conseqüências da globalização dos mercados. Com o desemprego, mais expressivas ficam as outras expressões da questão social, pois as famílias não conseguem suprir suas necessidades

básicas de subsistência. Esses indivíduos deixam a escola, o lazer, o trabalho e ficam a mercê do tráfico de drogas, da prostituição, da violência, que tomam proporções alarmantes no Brasil todo.

O mundo do trabalho é complexo e apresenta muitas contradições na sociedade, pois envolve questões com natureza subjetiva dos sujeitos, psico-social, ou seja, falta de perspectivas, de auto-estimo, de autonomia, o que os leva, muitas vezes, a escolhas de vida que são prejudiciais ao indivíduo, à sua família e à própria sociedade.

Atualmente, em face das consequências nocivas das políticas neoliberais, o trabalho desponta como tema privilegiado e considerado a chave para compreender as demandas emergentes na sociedade. Porém, em uma conjuntura de individualização dos sujeitos, o parâmetro é medir o sucesso pessoal, a conquista do emprego evidenciando a qualidade de vencedor, esquecendo que o trabalho é um direito social. Essas ideologias conservadoras do neoliberalismo tentam legitimar a cultura política da ordem existente, mascarando a exploração do capital sobre o trabalho.

Diante do que foi exposto, observa-se que a questão do emprego/desemprego é muito complexa e o tema não se esgota com as reflexões realizadas neste trabalho. Apesar de diferentes teorias para explicar as relações dos meios de produção, do capital, optou-se por enfatizar a chamada reestruturação produtiva e da flexibilização dos serviços, frutos do novo momento do sistema capitalista dos anos 90, que para sobreviver precisa explorar, e dessa exploração decorrem as várias mudanças relacionadas ao mundo do trabalho.

No próximo item, será realizada reflexão sobre as políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil que visam criar alternativas para a população inserida em condição precária, instável ou excluída do mercado de trabalho.

3.0 O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA NO BRASIL

Pochmann (1997) ressalta que há distintas concepções acerca das políticas de emprego. Por um lado, a concepção da social-democracia, em que as políticas de emprego se encontram incorporadas a um projeto mais amplo de desenvolvimento econômico e social, com plena incorporação dos trabalhadores. Por outro, a concepção neoliberal de políticas de emprego, que constituem parte complementar e seletiva das políticas econômicas, ou seja, o pleno emprego é decorrente do livre funcionamento da economia.

Destaca-se que a grave crise mundial do desemprego no início do século XX e os movimentos de emancipação da classe trabalhadora resultaram na criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, da qual as primeiras convenções já delineavam a preocupação com o desemprego e formas de enfrentá-lo por meio de serviços públicos de emprego num processo que envolva governo, empresários e trabalhadores. Sendo assim, os Sistemas Públicos de Emprego em todo o mundo tem como pressuposto, base e fundamento as Convenções da OIT, cujo marco é a Convenção 88⁶, de 1947 (TODESCHINI, 2005).

Pode-se dizer que as políticas de emprego tiveram como principal base orientadora as idéias de Keynes, teoria difundida a partir dos anos 30, predominando até a década de 70, para qual o Estado deveria intervir na questão do desemprego, elevando o consumo e melhorando a economia. De

⁶ A Convenção 88 da OIT trata da constituição dos sistemas públicos de emprego, em especial, os que vizem a atender os trabalhadores desempregados.

acordo com Costa (1999, p. 183)

Keynes procurava meios de interferir no sistema econômico visando superar as crises do capitalismo e humanizá-lo. [...] É nesse sentido que Keynes propunha a ação reguladora do Estado, e, embora argumentasse baseado em motivos econômicos, suas intervenções passaram a ser compreendidas a partir do aspecto social. [...] 'O regime em que vivemos tem, entre outros, um defeito fundamental: o desemprego persistente que, acentuado nas depressões periódicas da economia, carrega consigo uma grave perda de forças produtivas, em prejuízo do nível de vida das massas.'

Costa (1999) ressalta que os anos 80 e 90 evidenciaram uma nova direção do papel do Estado, já que a conjuntura apresentava as consequências da globalização, precarização do emprego, novas tecnologias, terceirizações, privatizações, entre outros fatores, que colocaram desafios na forma do Estado intervir na economia e na regulação social.

É também notória a dialética que permeia a questão do desemprego e do desenvolvimento econômico, na perspectiva da sociedade capitalista, a qual visa a concentração da riqueza. O Estado, ao elaborar políticas públicas para combater o desemprego, por um lado, atende aos interesses da população em satisfazer suas necessidades básicas, mas por outro, reproduz a lógica do capital, incentivando o desenvolvimento econômico, que na interpretação de Marx, nunca opera com políticas de pleno emprego.

Conforme assinala Haddad (2001) no século XX houve transformações na forma de organização da sociedade em vários aspectos. Se antes, a luta por melhores condições de trabalho, dos sindicatos e movimentos sociais, composto por aqueles que dependiam de salário, com vínculo empregatício, e que não eram donos de propriedade, lutavam para fazer valer seus

interesses e conseguir do capital industrial uma quantidade mais substantiva de conquistas sociais. Porém, a partir do século XX, o grande interlocutor dos movimentos sociais não é mais o capital industrial, mas o próprio Estado. Ou seja, o capital não dá conta de absorver toda mão-de-obra e o Estado é obrigado a criar estratégias a fim de combater os altos índices de desemprego gerados pelo modo de produção do capital.

Observa-se que a construção das políticas de emprego, trabalho e renda tem suas peculiaridades relacionadas à conjuntura econômica, política e social de um país, mas é um jogo de forças, de lutas reivindicatórias, que envolve trabalhadores e burgueses, trabalho e capital, e tem a intermediação do Estado. Costa (1999, p.183) afirma dizendo:

Marx centraliza sua perspectiva a partir da relação capital X trabalho, onde o próprio modo de operar do capitalismo, dada a exploração do trabalho pelo capital, levaria a um processo interno de contradições em que a superprodução seria originada da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas num sistema de relações de produção que explora o trabalho.

Diante desta problemática que envolve o mundo do trabalho, observa-se que no Brasil foram três os períodos de organização do mercado de trabalho e de regulação das relações e condições de trabalho. Silva e Silva e Yazbek (2006, p. 9) destacam o primeiro, que vai desde 1888 com a abolição da escravidão, passando pelo Brasil Colônia (1808) e pelo Brasil República (1889) até 1930, quando se inicia o processo de industrialização.

O segundo momento se dá no Governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1954. Este pode ser caracterizado como um período em que os trabalhadores adquirem um mínimo de proteção social decorrentes da criação da CLT,

modelo adotado da legislação trabalhista da Itália, a qual estabelece direitos como o salário mínimo, a delimitação de horas de trabalho, o direito à organização sindical, entre outros serviços sociais mantidos pelo Estado.

O terceiro momento ocorre a partir de 1980, após a primeira crise do petróleo em 1973 e a crise do capitalismo. Nesse período, tem-se uma desestruturação do trabalho urbano e o esgotamento do padrão centrado na industrialização, com desmonte no projeto nacional desenvolvimentista e opção por um projeto liberal-intervencionista.

A regulamentação das leis e políticas trabalhistas sofrem transformações decorrentes das mudanças conjunturais verificadas nesses períodos. O processo de construção das políticas sociais voltadas para o trabalhador teve seu primeiro momento com a política de Previdência Social, com a Lei Elói chaves, em 1923, que criava as primeiras caixas de aposentadorias e pensões. A segunda conquista importante para o trabalhador foi a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, no Governo do Presidente Getúlio Vargas. E o terceiro momento, o mais significativo para a população, foi a elaboração da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Pode-se dizer que no Brasil foi a Constituição de 88 que estabeleceu as bases para a organização de um efetivo programa de amparo ao trabalhador desempregado. E nesta perspectiva, verifica-se que as mudanças nas questões do trabalho estão relacionadas com as novas formas de desenvolvimento do capital, ou seja, na relação entre trabalho e capital.

A década de 80 constituiu um período em que as conquistas democráticas

marcaram uma nova fase da relação entre Estado e sociedade e houve um processo de redemocratização da política nacional. A conquista dos direitos sociais consagrados na Constituição de 88, foi fruto de reivindicações e de lutas sociais, no sentido de buscar maior transparência no processo decisório das políticas públicas, com enfoque na universalização a fim de diminuir as desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Na forma como a sociedade está organizada, o trabalho, por ser um direito social, também envolve o papel do Estado nessa sua relação com o capital. Diante disso, Haddad (2001) observa que com o capital mundializado, a concentração de renda, pouca circulação da moeda, o capital se torna especulativo e depende menos do Estado, o qual está à mercê de certa forma do capital em vários sentidos do termo. “O Estado é pequeno demais para os objetivos do capital e isso implica desregulamentação no mercado de trabalho, implica flexibilizar a legislação” (HADDAD, 2001, p.111).

Atualmente, verifica-se que a crise do capital que iniciou nos Estados Unidos da América, e se espalhou pelo resto do mundo em 2009, necessitou da intervenção, da ajuda do Estado em muitos momentos para salvar grandes multinacionais da falência. Ou seja, o capital é independente em momentos prósperos, mas em períodos de crise é o investimento público que anima o mercado. Pode-se considerar como hipótese o fato dos representantes da sociedade que estão no Governo, serem na maioria da classe burguesa, que tendem a favorecer os objetivos do capital e não da classe trabalhadora, ou porque o próprio Estado está submetido aos ditames neoliberais capitalistas, ou ainda porque é o próprio Estado que legitima e

dá suportes à sociedade capitalista.

Fator importante para que se elaborem políticas sociais públicas é a mobilização e organização da sociedade. Porém, nas últimas décadas, com o ideário neoliberal e num contexto no qual as forças de resistências encontram-se fragmentadas, particularmente o movimento operário, o Estado tem se mostrado atuante na economia, comprometido com o acordo neoliberal e relapso no aspecto social, nos interesses do povo.

Segundo Faleiros (1999), neste processo de globalização, a construção da cidadania torna-se cada vez mais difícil e o indivíduo cada vez mais competitivo no mercado de trabalho e com redução expansiva na efetivação dos direitos já conquistados. Para o autor o desemprego é a questão social de maior impacto na vida das pessoas.

A conquista dos direitos sociais pode significar para o Estado, a eliminação das situações de conflitos e o atendimento das reivindicações das camadas populares, inclusive, estudando aspectos para não prejudicar o equilíbrio interno da classe dominante. De acordo com Demo (1996, p.6) “a política social significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais, quando entendida como proposta do Estado. Olhada do ponto de vista dos interessados é a conquista da autopromoção”.

É nesse contexto de contradições no mundo do trabalho, que são implementadas políticas de emprego no Brasil. Conforme IE-CESIT-Unicamp (2005, p. 279):

As políticas de emprego, tradicionalmente foram voltadas para o emprego formal, [...] o que em parte se explica pelo ritmo de crescimento do emprego formal nos anos setenta, mas também pela opção pela flexibilidade das relações de

trabalho, reduzindo a necessidade estratégica da construção de um sistema integrado de políticas estruturadoras do mercado de trabalho. Em contraste, com a elevação do desemprego nos anos oitenta e noventa, o país passou a implantar mecanismos de proteção e de recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho. Embora ainda não conte com um Sistema Público de Emprego articulado e integrado.

Pode-se afirmar que a partir da Constituição está em construção no Brasil um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), isto é, um conjunto de programas de governo dirigidos ao mercado de trabalho nacional, com objetivo de combater os efeitos do desemprego através do seguro-desemprego; da qualificação profissional da mão de obra para reinseri-las no mercado; e estimular a geração de novos postos de trabalho por meio da concessão de crédito facilitado a empresas e/ou trabalhadores que busquem algum tipo de auto-ocupação ou ocupação associada/cooperativada. (IPEA, s.d) Porém, apesar da construção de um SPETR não se pode comparar com a mesma abrangência que o Sistema Único de Saúde, por exemplo.

De acordo com Todeschini (2005, p.12):

O Sistema Público de Emprego no Brasil passa a atuar no processo de intermediação de mão-de-obra a partir do Decreto 76.403, de 1975. Nos anos 70 e 80, o Ministério do Trabalho desenvolveu, em conjunto com as entidades do Sistema S, o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-obra. Quanto ao Seguro Desemprego, trata-se de direito inscrito na constituição de 1937, porém só começou a ter existência real a partir de 1986. Mas o grande patrimônio do sistema das políticas públicas de emprego é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o maior fundo dessa natureza em um país em desenvolvimento.

A fim de regulamentar as políticas de emprego, o Estado viabiliza um Sistema Público de Emprego (SPE) em 1990, com a unificação dos recursos

do Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) que permitiu a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, (CODEFAT) regulamentados pela Lei nº 7.998/90.

Conforme Barbosa (2001, p.52), no Brasil, as políticas de trabalho e renda surgem em meados dos anos 80, por iniciativa de organismos internacionais - multilaterais, governamentais ou privados, que utilizam como metodologia a concessão de financiamentos. O governo brasileiro, influenciado pelas iniciativas, passou a implantar programas voltados para a geração e inserção de trabalhadores no processo produtivo, estimulando a capacidade empreendedora e a busca da auto-sustentação.

De acordo com o IPEA (s.d. p.193) as principais políticas e programas do governo federal para a área de trabalho e renda são apresentados em três grupos:

Programas de garantia de renda: seguro-desemprego e abono salarial; programas que realizam serviços: intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, programa primeiro emprego, fiscalização laboral e segurança e saúde no trabalho; e por fim, programas de geração de emprego, trabalho e renda: Proger, economia solidária, microcrédito produtivo popular e novas iniciativas no campo das microfinanças.

Entre alguns programas instituídos pelo CODEFAT, está o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), de 1994, cuja política era voltada para quem deseja iniciar ou expandir o seu próprio negócio. O programa dispõe de linhas de crédito para financiar empreendimentos com o objetivo de apoiar a geração e manutenção de emprego e renda. Este programa corresponde a uma das políticas públicas ativas de trabalho e renda, que visam oferecer aos trabalhadores, alternativas de geração e

inserção no processo produtivo, estimulando a capacidade empreendedora e a busca da auto-sustentação.

O problema do desemprego tem incentivado tanto o setor informal, quanto o empreendedorismo, devido a impossibilidade de inserção dos trabalhadores em postos de trabalho assalariado. Percebe-se que os programas, como o que ocorreu em 1995, com a oferta de cursos de qualificação profissional para trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego e micro empreendedores, tem o objetivo de incentivar a geração de renda própria, ou seja, a desregulamentação do trabalho tendencia a uma crescente informalização do mercado.

Em 2003, instituiu-se no Brasil, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para a juventude, o qual complementa a Lei 10.097 de 2000 que atendia adolescentes de 14 a 18 anos. O objetivo é alcançar o público não contemplado por outras políticas de emprego, ou seja, jovens entre 16 e 24 anos, desempregados e sem vínculo empregatício. Neste mesmo ano, criou-se o Programa de Economia Solidária, com objetivo de incentivar empreendimentos auto gestionáveis e administrados pelos próprios trabalhadores.

Fica evidente, porém, que as atuais políticas, constituídas a partir dos anos 90, buscam atender, cada vez mais, uma população vulnerável, sem acesso a um trabalho assalariado digno, devido ao crescimento exacerbado dos índices de desemprego. Apesar do Ministério do Trabalho e Emprego elaborar políticas de emprego, trabalho e renda voltadas à inserção do trabalhador no acesso ao emprego ou renda, não se observa novos postos de

trabalho ou melhora nas condições de emprego dos trabalhadores.

Todeschini (2005), então secretário de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério do Trabalho em 2005, assinala que, durante a década de 90 até 2002, o processo de implementação do sistema público de emprego se dá de forma desarticulada e fragmentada. Mas a partir de 2003, teve-se uma reformulação, principalmente através do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que substituiu o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), com ampliação da carga horária, dimensão pedagógica com conteúdo e currículos mínimos:

O Sistema Público de Emprego tem como principal guarda-chuva uma série de políticas públicas gerais e políticas públicas de emprego. É preciso que tenhamos um ambiente macroeconômico positivo, com crescimento, taxas de juros adequadas, gasto público, investimento privado em âmbito setorial e horizontal, para termos uma melhor gestão do nível de emprego e podermos oferecer oportunidades àqueles que tiverem uma dificuldade maior de inserção, principalmente com atividades autônomas ou empreendedoras. [...] Essas são as funções dentro do Sistema Público de Emprego, cujo desafio é estipulado pela Lei 8.900/94, a integração entre seus vários programas; o Seguro Desemprego, a intermediação através dos SINE, a qualificação social e profissional, através do PNQ, informações do mercado de trabalho, orientação profissional e microcrédito orientado – um processo ainda em construção. (TODESCHINI, 2005, p. 12)

Sendo assim, o SPETR destina-se, prioritariamente, à população mais excluída, com menor escolaridade e menos chances de serem inseridas no mercado de trabalho, mas como a demanda de desempregados é muito elevada, a política de emprego, trabalho e renda demonstra seus limites, não contemplando sua universalidade. Por outro lado, em decorrência dos altos índices de desemprego, a sociedade passa a entender que trabalho é qualquer forma de ganhar renda, mesmo sendo reduzida e o trabalho

realizado em condições precárias.

Conforme Dedecca, Barbosa e Moretto (2007, p 50) o sistema público de emprego tem por função “proteger os trabalhadores na ausência de trabalho, buscar a reabsorção destes em um menor espaço de tempo e fomentar a qualificação com o objetivo de favorecer sua inserção no mercado de trabalho.”

De acordo com os autores:

Entre o conjunto das políticas de mercado de trabalho, algumas passam a ser denominadas ‘ativas’ e procuram a um só tempo dinamizar a demanda e a oferta de trabalho. Nesse contexto, a formação profissional e a defesa do empreendedorismo (ao lado da oferta) e o estímulo à constituição de micro e pequenas empresas e ao desenvolvimento local (do lado da demanda) foram enfatizados em praticamente todos os países. Em contraposição, as políticas de mercado de trabalho, que procuram agir sobre níveis de desemprego e emprego, protegendo os trabalhadores ‘em excesso’ ou retirando-os do mercado de trabalho, passam a ser denominadas de ‘passivas’ (DEDECCA, BARBOSA e MORETTO, 2007, p. 18).

Entende-se que as políticas sociais públicas da área de trabalho dizem respeito à política social de assistência ao trabalhador. Estas, por sua vez, podem ser classificadas em políticas ativas, que atendem tanto o setor formal e informal através de qualificação profissional e aos programas de geração de emprego e renda, e políticas passivas, que atendem o setor formal através de medidas de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e a intermediação de mão-de-obra.

Segundo Passos (2002, p. 18), atualmente:

As políticas públicas de trabalho e renda estão sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego e obedecem diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador –

CODEFAT (federal), Conselhos Estaduais de Trabalho e Emprego e Conselhos Municipais de Trabalho e Emprego. Esses órgãos são tripartites e paritários, ou seja, são compostos por igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo e têm o poder decisório descentralizado. Sendo assim, no Brasil, a política de trabalho e renda engloba atualmente tanto a mobilização do governo como a da sociedade civil para solucionar as complexas questões de geração de emprego e renda, além da questão mais ampla da construção de políticas públicas.

Segundo Cohn (2000, p.56) os novos paradigmas da ação social e das políticas de emprego e renda no Brasil são o “privilegiamento da criação de novos espaços institucionais de participação social com poder deliberativo, entendida como estratégia política que, além de possibilitar maior eficiência da gestão pública, amplia as oportunidades de acesso ao poder de novos sujeitos”

Conforme MTE, et al (2005, p.326) o desafio está em:

Construir um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda em uma sociedade desigual econômica, social e regionalmente, como é o caso brasileiro, que possui um mercado de trabalho marcado por elevadas informalidades e flexibilidade e que convive com uma parcela significativa de sua população na situação de pobreza absoluta.

Em vista disso, enquanto predominar uma sociedade capitalista que se alimenta da apropriação do trabalho alheio, não é provável que o Estado universalize de fato as políticas voltadas ao trabalhador. Porém, sempre há perspectivas de se ter uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais e que garanta a todos uma vida digna, conforme os preceitos constitucionais.

4.0 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIAL

4.1 A Qualificação profissional e suas interfaces com a assistência social

As novas condições de trabalho e o modo de organização da sociedade, presenciados a partir dos anos 90, revelam o acirramento do desemprego, das desigualdades e da pobreza, o que tem provocado maiores demandas no campo da Assistência Social.

É nesse contexto que se enquadra o estudo sobre a qualificação profissional como combate ao desemprego, num mercado inserido nesse mundo globalizado, com políticas neoliberais de estagnação das economias, especialmente a dos países “em desenvolvimento” ou de desenvolvimento tardio.

A questão do desemprego causa preocupação na sociedade quanto às várias formas de combatê-la, pois diante das novas tecnologias e do capital, a mão de obra também precisa se preparar para acompanhá-los. Para o trabalhador, diante do exército industrial de reserva, este deve aprimorar seus conhecimentos profissionais para não fazer parte dos excluídos do processo produtivo, uma vez que a força física do trabalhador já não é suficiente para garantir emprego.

É certo que o desemprego está presente em todas as camadas sociais, porém, a procura por mão de obra qualificada tem excluído, principalmente, os menos favorecidos. O fator determinante desta população não ingressar em programas de qualificação é o econômico. Verifica-se que a classe com maior poder aquisitivo tem maior escolaridade e condições financeiras para realizar cursos profissionalizantes eficientes.

Dessa forma, tem-se que a população usuária das políticas de emprego, trabalho e renda, principalmente de qualificação profissional, é aquela vulnerável socialmente, que também é usuária da política de assistência social, o que tem demandado cada vez mais para o campo da assistência social a responsabilização, proposição e execução de programas que visam geração de trabalho e renda.

De acordo com Barbosa (2001), o objetivo da política de qualificação profissional é capacitar os trabalhadores visando a empregabilidade e geração de renda. No entanto, tem-se um grande contingente de pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, o que causa grande preocupação, pois além da qualificação profissional, o mercado

também exige uma educação básica.

De acordo com Silva e Santos (1998, p.81) o trabalhador de hoje precisa:

Comunicar-se verbalmente e por escrito, além de ter conhecimentos gerais. O grande desafio é a construção do conhecimento que ultrapasse o mero ensino. Educação e conhecimento são elementos fundamentais da cidadania. O trabalhador terá que desenvolver habilidades motoras e intelectuais, além de ter conhecimento e atitudes adotando princípios de qualidade e avaliando seu próprio desempenho. [...] A educação dos trabalhadores não garante a empregabilidade, mas hoje ela é fundamental. Quem não estiver atento a esta questão poderá perder o 'trem da história' e ter mais um motivo para estar à margem.

Verifica-se, porém, que os índices de desemprego não diminuem, mesmo com esforço dos trabalhadores em qualificarem-se, o que demonstra que o desemprego decorre de fatores macroeconômicos e que não depende apenas da educação ou qualificação do trabalhador. No entanto, os trabalhadores tem procurado estudar e se qualificar com objetivo de serem inseridos no mercado de trabalho ou na produção de renda própria.

De acordo com Ribas (2005, item 1.6):

Não se deve observar a qualificação profissional do ponto de vista de ser ela um elemento isolado a constituir a relação dicotômica emprego-desemprego, pois muitos outros fatores macroeconômicos são fundamentais e devem ser considerados tais como as políticas públicas de desenvolvimento da indústria nacional e de combate à inflação. A questão da qualificação é, também, o intercâmbio de interesses entre o capitalista e a força de trabalho enquanto mercadoria, e que sempre esteve presente como necessária na indústria.

Há pouco tempo, as empresas contratavam trabalhadores para exercerem uma função única, hoje o trabalhador, para ter chances de ser absorvido pelo mercado de trabalho, precisa ter várias habilidades, entre elas iniciativa, poder de criação e inovação, bom relacionamento pessoal, entre outras. A tecnologia, a robótica e a informatização nas empresas também exigem experiências do trabalhador que antes não eram necessárias. Em vista disso, o trabalhador precisa adaptar-se para conseguir emprego em detrimento do não-qualificado.

Atualmente, com a abertura do mercado, o Brasil se viu obrigado a investir na educação dos trabalhadores, como forma de se ter um mercado nacional e internacional mais competitivo. Em virtude da necessidade do trabalhador se qualificar, nas últimas décadas, a questão da qualificação profissional assumiu um papel de relevância social, passando por modificações em sua estrutura e objetivos, o que representa as transformações sofridas no próprio sistema capitalista, principalmente em decorrência do avanço tecnológico.

Conforme afirma Souza (1998, p. 57):

Entendemos o movimento atual como uma dupla processualidade: de um lado como novas formas de dominação do capital, onde a flexibilização, a terceirização e a precarização do trabalho vem impondo novas formas de exploração à classe trabalhadora; de outro, como resposta da classe trabalhadora a esse fenômeno, uma infinidade de alternativas de geração de emprego e renda vem sendo gestadas com a perspectiva de ‘reverter ou minimizar a tendência à retração nas formas clássicas de emprego.’

É com base nesses argumentos, que se entende que a qualificação hoje assumiu um caráter facilitador para a conquista e/ou manutenção do emprego, e, mesmo não sendo garantia de emprego, possibilita maior oportunidade de o indivíduo gerar renda própria.

Pode-se dizer, que os programas de qualificação profissional no Brasil, passaram a fazer parte das políticas de emprego tendo interfaces com a política de assistência social. No que diz respeito às políticas de emprego, elas só puderam ser realizadas após a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em 1990. Com os recursos desse fundo teve início um processo de execução de cursos que eram para os trabalhadores em geral, e não apenas aos que solicitavam seguro-desemprego, ou seja, aqueles oferecidos na intermediação de mão de obra.

A política de qualificação profissional desenvolvida após a criação do FAT, instituído pelo CODEFAT, com maior destaque, foi o PLANFOR, em 1995, o qual se apoiou em convênios com as Secretarias Estaduais de

Trabalho, que elaboravam os planos estaduais de qualificação.

Em 2003, o PLANFOR foi substituído pelo PNQ, que inova na percepção de uma nova qualificação profissional, considerando-a como mecanismo de inclusão social do trabalhador, que deixa de ser apenas profissional e passa a ser social, com objetivo de reduzir a pobreza e a vulnerabilidade da população em relação à dinâmica da economia.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) também elaborou estratégias para ampliar as políticas de qualificação profissional. Tal fato pode ser verificado através da Resolução 466 do CODEFAT, de dezembro de 2005, que habilitou capitais e cidades, com mais de 300 mil habitantes, a assumirem a responsabilidade da gestão do SINE, e com isso, aumentar a entrada de recursos do FAT diretamente para os municípios, a fim de desenvolverem atividades de intermediação de mão de obra, qualificação social e profissional, informações do mercado de trabalho, entre outras.

Em 2007, a Resolução 560 do CODEFAT altera a Resolução 466 e possibilita aos municípios com mais de 200.000 habitantes a assumirem a gestão do SINE, ou seja, este processo consiste em municipalizar o Sistema Nacional de Emprego, sem intermediação do Estado. Capitais como Curitiba, Porto Alegre, entre vários outros municípios do Brasil, já estão com a responsabilidade de gestar o SINE. Em Santa Catarina, Florianópolis está com o processo em andamento, faltando elaborar o diagnóstico do Município e apresentar a contrapartida ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para apreciação.

Dessa forma, observa-se que a tendência das políticas públicas no Brasil convergem para a necessidade crescente de municipalização dos serviços, apontando ser esta a forma mais eficaz de alcançar os objetivos organizacionais.

Entretanto, para além dos programas executados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, visando inclusão produtiva, outros são executados através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criado em 2004, no Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A aprovação da NOB/SUAS em 2005 referenda a política de assistência social como política pública, a qual passa a atuar em favor de

vários direitos socioassistenciais⁷, entre eles o direito à renda individual e familiar assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Os serviços e programas implementados a partir do SUAS visam melhorar a qualidade de vida da população e atender suas necessidades básicas. Conforme preconiza o Art. 24 da LOAS “os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.”(BRASIL, 1993)

De acordo com o Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis (2007, p.11-12):

Convém salientar que os serviços, programas, projetos e benefícios passam a ser definidos pelo seu grau de complexidade em relação à Proteção Social, que é uma forma institucionalizada, pública ou privada, que as sociedades se utilizam para proteger seus membros em decorrência da velhice, doenças, violência domiciliar e sexual, subemprego ou trabalho precário ou nenhum acesso aos bens e serviços sociais. Nesta perspectiva, a Proteção Social é dividida em: Proteção Social Básica: tem caráter preventivo, destina-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente de privação de renda, pobreza e/ou fragilização de vínculos relacionais. É caracterizada pelos seguintes programas: Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); [...] Programa Bolsa Família (PBF). Proteção Social Especial, contemplando dois níveis de proteção: Média Complexidade [...] e Alta Complexidade.

Entre os programas sociais propostos pelo MDS e MTE, executados a nível federal, estadual e municipal, destaca-se o PAIF e o PBF, os quais prevêm ações de qualificação profissional com vistas a geração de

⁷ Os 10 direitos socioassistenciais foram aprovados na V conferência Nacional de Assistência Social de 2005. São eles: 1. Todos os direitos de Proteção Social de Assistência Social consagrados em lei para todos; 2. Direito de equidade rural urbana na proteção não contributiva; 3. Direito de equidade social e de manifestação pública; 4. Direito de igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial; 5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade; 6. Direito em ter garantidas as convivências familiar, comunitária e social; 7. Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas; 8. Direito à renda; 9. Direito ao co-financiamento da Proteção Social não contributiva; 10. Direito ao controle social e à defesa dos direitos socioassistenciais.

trabalho e renda. O Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, articulado entre MDS, MTE e Ministério de Desenvolvimento Agrário também é enfatizado por suas ações que visam geração de trabalho e renda.

O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e integra programas complementares, nas três esferas de governo e pela sociedade civil, os quais visam combater o quadro de desigualdades e promover a inclusão social. A qualificação profissional inclui-se para atender as necessidades das famílias no acesso ao conhecimento, trabalho e renda (MDS, 2009).

O Plano Setorial de Qualificação Profissional (PLANSEQ/BF) articulado entre MDS, MTE e Casa Civil da Presidência da República, realizado desde 2008, voltou-se para beneficiários do Programa Bolsa Família. É um programa de qualificação profissional nas áreas de construção civil e turismo, que visam aumentar as possibilidades de emprego nos setores da economia que mais apresentam crescimento no Brasil (MDS, 2009).

O Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, “tem por objetivo central a promoção de ações de fomento e apoio ao desenvolvimento local solidário para a geração de trabalho e renda, apoiando a organização de empreendimentos coletivos solidários” (MDS, 2009). O projeto se destina, prioritariamente, ao público beneficiário do PBF e é articulado com os Centros de Referência da Assistência Social, os quais desenvolvem iniciativas de desenvolvimento local ou de inclusão produtiva.

Tedesco (2001, s.p.) afirma:

A crise econômica, sobretudo na ótica do emprego e da renda, malgrado seus efeitos nefastos, induz à viabilização de práticas inventivas, de ações que buscam novos processos de orientação social e econômica. A crise está servindo de momento heurístico para as categorias sociais, para a organização da sociedade civil, principalmente aquela incluída marginalmente no horizonte do mercado – de consumo e de trabalho. Pensar na possibilidade de ações solidárias, não no sentido assistencialista ou caritocrático, e sim, no âmbito da cooperação, das redes de intercâmbio e integração produtiva e de consumo, as quais promovem renda e emprego.

Por fim, o PAIF, regulamentado pelo Decreto nº 5.085, de 19 de

maio de 2004, desenvolve ações e serviços continuados através das Secretarias Municipais de Assistência Social nas unidades dos CRAS de cada região e tem por objetivo:

Desenvolver ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS, tendo por perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS. [...] O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar. [...] O CRAS presta atendimento socioassistencial, articula os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica. [...] (MDS, 2009)

Com a finalidade de compreender a qualificação profissional, enquanto ação do PAIF que busca promover o acesso à renda, o próximo item do trabalho irá contextualizar o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis, que atua em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, a fim de executar esse programa no município de Florianópolis.

4.2 Contextualização Institucional e qualificação profissional no Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis

O Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOF) está regulamentado pela Lei Complementar nº 129 de 19 de dezembro de 2003, publicada em 08 de janeiro de 2004, no Governo da Prefeita Ângela Regina Heinzen Amim Helou. É regido pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno homologados pelo decreto nº 2.197, de 21 de janeiro de 2004 e tem como finalidade “promover o desenvolvimento econômico e social do Município, através do incentivo e do apoio para implantação de

iniciativas que resultem na geração de oportunidades, renda e abastecimento para melhoria da qualidade de vida do cidadão” (FLORIANÓPOLIS, 2004).

Conforme o Estatuto Social (2004):

A missão do IGEOF é servir de instrumento aglutinador de forças para a inclusão social da população em geral. O objetivo é criar cadeias auto-sustentáveis de oportunidades sociais e econômicas. A meta é articular e promover consórcios de entidades governamentais e civis em torno de empreendimentos que visam o bem comum da cidade. (FLORIANÓPOLIS, 2004).

O IGEOF é uma sociedade de direito público, sem fins econômicos, constituído por tempo indeterminado, criado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, com os seguintes objetivos:

Congregar pessoas e instituições que estejam interessadas em participar, direta ou indiretamente, na implantação de projetos e ações que resultem no desenvolvimento sócio econômico de Município de Florianópolis; Estimular e promover iniciativas empreendedoras que assegurem o crescimento dos negócios em Florianópolis nos setores primário, secundário e terciário; Fomentar as áreas de atuação, como também, propor e executar as políticas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social; Estabelecer e manter relacionamento, cooperação e convênios com entidades e organizações no Brasil e no exterior objetivando implementar projetos de interesse social; [...] Oferecer capacitação e ensino formal e informal em níveis técnicos e profissionalizante, visando formar empreendedores para o desenvolvimento de novos negócios ou formação de mão de obra específica. (FLORIANÓPOLIS, 2003, s.p.).

Cabe lembrar que em janeiro de 2009, houve reforma administrativa no município de Florianópolis, regulamentada pela Lei Complementar nº 348 de 27/01/2009, que produziu alterações em Secretarias Municipais, bem como criou a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável (SMCTDES), da qual o IGEOF faz parte.

De acordo com organograma, em anexo, o IGEOF atua através de dois campos, compostos por suas respectivas Diretorias. Destas diretorias, a de trabalho e renda é composta pelas gerências de emprego e de renda, e a outra

diretoria, de ciência e tecnologia, é composta pelas gerências de tecnologia e modernização e de controle interno e ouvidoria.

Segundo o Prefeito Dário Berger, o objetivo da SMCTDES é incentivar ainda mais o setor empresarial, com atenção especial ao desenvolvimento tecnológico, já que a cidade conta com forte pólo na área. No entanto, a gerência a ser destacada neste trabalho é de geração de emprego e de geração de renda, que tem por objetivos:

Consolidar os serviços de orientação e qualificação profissional prestados pelo Instituto; Realizar pesquisas e estudos sobre o mercado de Florianópolis; Implementar programas de inteligência de mercado de trabalho; Implementar programas de capacitação para inclusão social; Articulação interinstitucional para alocação e recolocação de recursos humanos no mercado de trabalho; Organizar banco de dados do setor econômico do Município de Florianópolis, envolvendo os setores primário, secundário e terciário; Realizar outras tarefas que lhe forem confiadas. (FLORIANÓPOLIS, 2003).

Amparado nos objetivos do Regimento Interno, o IGEOF realiza diferentes convênios para execução de programas sociais. Entretanto se enfatiza o convênio realizado entre IGEOF, através das gerências de emprego e renda, na qual o Serviço Social atua, e Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude (SEMAS).

Através de parceria o IGEOF e SEMAS firmam convênio de cooperação técnica financeira, para execução de cursos de qualificação profissional, com entidades executoras, desde 2005. Os recursos do Governo Federal são repassados ao PAIF, que serão utilizados para a promoção de cursos gratuitos em comunidades de interesse social de Florianópolis, a fim de atender famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo dos cursos é qualificar pessoas para oportunizar a inserção ao mercado de trabalho para gerar emprego e/ou renda e se destinam às pessoas com no mínimo 16 anos, que tenham completado a 5ª série do ensino fundamental residentes em Florianópolis.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) atualmente existem no Município 72 Áreas de Interesses Sociais, com uma população estimada em 65.584 pessoas. Parte dessa população se encontra em

situações de vulnerabilidade e riscos:

Relativas à exclusão pela pobreza; à inserção precária ou não inserção no mercado formal de trabalho; à perda ou fragilidade de vínculos de afetividade e pertencimento; aos ciclos de vida (criança, idoso); à desvantagem pessoal por deficiência, entre outras. As comunidades denominadas de “interesse social” caracterizam-se pela precariedade das condições de vida das famílias, bem como a situação de vulnerabilidade e riscos de alguns grupos sociais do município (FLORIANÓPOLIS, 2006,s.p.).

De acordo com dados fornecidos por Alcione Desirée Teixeira, assistente social do IGEOF, de 2005 a 2008 foram realizados em Florianópolis 195 cursos que beneficiaram 3.167 pessoas. Desse total de beneficiados teve-se 2.394 concluintes.

Em 2009 serão executados, a partir de junho, 40 cursos que oferecerão 727 vagas no município de Florianópolis.

Os cursos são definidos através de levantamento da equipe técnica dos CRAS, conforme interesse da população local e da pesquisa de demanda de mercado realizada pelo Conselho Municipal de Trabalho e Emprego. Porém, ainda são realizadas reuniões com IGEOF, entidades executoras e CRAS, na qual as entidades executoras apresentam propostas de cursos com carga horária, número de vagas e orçamento, que serão avaliados pelos CRAS para escolha definitiva dos cursos.

Os cursos, normalmente, são executados de junho a dezembro conforme áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social. Florianópolis, atualmente, conta com cinco CRAS instalados em diferentes regiões do município: um na região sul, outro no norte, um no centro-leste, e outros dois na região continental I e II, respectivamente.

Observa-se, porém, que os cursos com maior demanda pelos CRAS são os cursos considerados práticos, como: panificação, manicure, cozinheira, entre outros, voltados prioritariamente para a população atendida pela assistência social e que possui um baixo nível de escolaridade.

A seleção dos trabalhadores para preencherem as vagas dos cursos de qualificação profissional, também é realizada no CRAS de cada região, responsável pelo atendimento de usuários da rede proteção social básica.

Objetivando complementar e garantir maior eficiência e eficácia às atividades de qualificação, o IGEOF iniciou, em julho de 2008, um processo de encaminhamento dos alunos que concluíram os cursos de qualificação profissional ao mercado de trabalho, buscando garantir emprego a essas pessoas. Porém, este processo está em construção e também conta com o apoio da equipe técnica dos CRAS.

Além das várias dificuldades enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade social para inserção no mercado de trabalho, uma pesquisa realizada pelo Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (FLORIANÓPOLIS, 2005, s.p) apresenta exigências pelas empresas no momento das contratações:

Em primeiro lugar está a capacitação na área (com 34,1%), em seguida de boa aparência (para 16,9%), referência profissional (12,3%), assiduidade, dinâmica e confiabilidade (11,6%), bom relacionamento (10,4%), boa comunicação, dicção (9,7%), morar próximo ao trabalho (7,0%), responsabilidade (5,6%) e simpatia para trabalhar com o público (5,1). Essas respostas devem compor o conteúdo programático dos esforços de qualificação profissional.

Em vista desse diagnóstico, os serviços e programas nas três esferas do governo devem articular várias estratégias para o atendimento ao trabalhador desempregado, observando as profundas transformações ocorridas nos últimos anos no Município de Florianópolis, como o aumento populacional e de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e a qualificação profissional precisa atender às suas demandas crescentes.

Cabe salientar que o IGEOF, CRAS e SEMAS ainda não possuem um controle preciso dos alunos que, a partir da qualificação profissional, se inseriram no mercado de trabalho ou desenvolvem atividades que gerem renda, e sendo assim, não é possível afirmar um resultado sobre a eficiência dos cursos de qualificação profissional realizado por este convênio.

A seguir, será apresentado as trajetórias de vida de algumas pessoas que realizaram estes cursos de qualificação profissional, durante o ano de 2008, e que obtiveram êxito na vida profissional e conseguiram melhorar a qualidade de vida de suas famílias.

4.3 Trajetórias de vida e inclusão social pelo trabalho

No sentido de compreender efeitos pessoais e sociais produzidos através dos cursos de qualificação profissional, uma das ações do PAIF, realizados no município de Florianópolis por meio do IGEOF, desenvolveu-se entrevistas com três sujeitos envolvidos nesse processo, os quais conseguiram inserção profissional ou geração de renda, melhorando assim a sua qualidade de vida e à de sua família.

Lisboa e Gonçalves (2007, s.p.) assinalam:

Questões que surgem no cotidiano da prática do trabalhador da área social requerem um conhecimento mais profundo sobre o retrato da realidade dos usuários e as concepções dos mesmos sobre esta realidade, ou seja, requerem investigação. As pessoas com as quais trabalhamos possuem cada qual uma história de vida, são sujeitos humanos com características específicas, cada qual dotado de valores, sonhos e experiências. Para recompor estas experiências concretas, históricas e vivas, é preciso também escutá-las.

Busca-se, a partir da pesquisa qualitativa, apresentar trajetórias de vida, que através da entrevista possibilita aos sujeitos expressarem trajetórias laborais, a importância da qualificação profissional enquanto trabalhador e os resultados produzidos em sua vida e de sua família a partir da inserção laboral.

As entrevistas realizadas são semi-dirigidas e não tem objetivo de apresentar estatísticas gerais sobre os efeitos da qualificação profissional, pois que, serve apenas para verificar os efeitos produzidos na vida dos indivíduos entrevistados.

Sendo assim, lembra-se que as pessoas envolvidas no processo de pesquisa, de acordo com Minayo (1993, p.22) são “sujeitos de estudo, pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado grupo social ou classe, com suas crenças, valores e significados.”

Entende-se que a inclusão produtiva é extremamente importante na conjuntura atual, pois que, de acordo com Sachs (2004, p.25 - 26), no Brasil:

O desemprego, o subemprego e a exclusão social afiguram-se como um mal a ser minorado por vigorosas políticas assistenciais. [...] Continuamos a pensar que é necessário e possível desenhar estratégias de desenvolvimento que

asseguram a todos a inclusão social pelo trabalho decente, atuando simultaneamente sobre as taxas de crescimento econômico e os coeficientes de elasticidade de emprego/crescimento. Enquanto persistirem as grandes diferenças sociais e os níveis de exclusão que conhecemos hoje no Brasil, as políticas sociais compensatórias serão indispensáveis, além da urgência em promover o acesso universal aos serviços sociais de base – educação, saúde, saneamento, moradia. Porém, o emprego e o auto-emprego decentes constituem a melhor maneira de atender às necessidades sociais por duas razões: a inserção no sistema produtivo oferece uma solução definitiva, enquanto as medidas assistenciais requerem financiamento público recorrente; em termos psicológicos, o exercício do direito ao trabalho promove a auto-estima, oferece oportunidades para a auto-realização e o avanço na escala social, ao contrário do desânimo e da falta de perspectivas vivenciados por assistidos crônicos.

Verifica-se pois, que a política de assistência social está incluída dentro de um processo complexo de organização da sociedade atual, tendo em vista que o momento é de desmonte do sistema de seguridade social e os direitos cada vez mais, contemplam apenas os que vivem em situação de miserabilidade. A conjuntura atual apresenta limites para a concretização dos objetivos do Sistema Único de Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social que visam à universalização dos direitos, a inclusão social, entre outros.

Entretanto, as ações do PAIF, enquanto estratégias de um programa descentralizado da Assistência Social tornam possível a inclusão social, principalmente do contingente populacional afastado do direito a ter direitos, pois através da inclusão produtiva garante a esse público específico a independência econômica, a autonomia, a emancipação e uma vida digna enquanto sujeitos de direitos.

Em relação aos perfis dos entrevistados, o primeiro é identificado como R.W., realizou o curso de Panificação e Confeitaria na região abrangida pelo CRAS Norte de Florianópolis. É casado, 39 anos, possui a 8a. série incompleta, mora com sua esposa e uma filha. É natural do Rio Grande do Sul e reside em Florianópolis há 25 anos. Mudou-se para esta cidade em busca de melhores oportunidades de emprego.

A segunda entrevistada, identificada como M. H., também realizou

o curso de Panificação e Confeitaria, mas na região abrangida pelo CRAS Sul. É casada, tem 39 anos, concluiu o ensino fundamental, mora com o marido e 4 filhos. É natural de Palhoça, Santa Catarina, e mudou-se para Florianópolis porque onde residia não tinha escola nas proximidades.

A terceira entrevistada, identificada como R. C., realizou curso de Manicure e Pedicure na região abrangida pelo CRAS Continental II. É separada, tem 38 anos, ensino superior incompleto, mora apenas com a filha. É natural de Pelotas, RS, e mudou-se para Florianópolis a fim de estudar.

Os relatos dos entrevistados apresentam diferentes experiências de inserção profissional, de trajetórias laborais e também questões subjetivas, ou seja, valores sobre a questão do emprego e da qualificação profissional, frente às mudanças apresentadas no mercado de trabalho e à importância da renda para o bem estar da família.

A modernização produtiva é um fenômeno recente e o novo padrão de seleção para o mercado de trabalho é voltado para a flexibilidade funcional ligada a um maior grau de qualificação. Conforme ALVES (1997), no Brasil, enquanto país subdesenvolvido, onde as relações de trabalho são mais frágeis, a qualificação profissional tem seus fundamentos no baixo nível de escolaridade dos trabalhadores, na desatualização e ineficiência do sistema de formação profissional para atender com rapidez às mudanças tecnológicas.

A pessoa desprovida de emprego torna-se impossibilitada de planejar seu futuro ou de seus familiares, e é excluída socialmente, pois que, além de não acessar os direitos relacionados à previdência, não consegue adquirir outros bens e serviços necessários para ter uma vida digna, como o lazer, o aprimoramento cultural e político, a moradia, a alimentação, a assistência médica e odontológica.

Observa-se que o trabalho tem um valor significativo para as pessoas, assim como a possibilidade de ter autonomia e se sentir capaz, ou seja, trabalhar é importante para usufruir bens e serviços, mas também para a subjetividade do sujeito, trazendo novas expectativas e esperanças em suas vidas. Os entrevistados relatam histórias de trabalho e as dificuldades enfrentadas, porém apontam a qualificação profissional como componente importante e transformador nas experiências profissionais.

Comecei a trabalhar com 14 anos. Tive períodos intercalados de emprego formal e informal. Nunca fiquei desempregado, as pessoas que tem vontade não ficam desempregado na área gastronômica. Já trabalhei como garçom, barman, auxiliar de cozinha, padaria, pizzaiolo. [...] Não me limito a só um tipo de cozinha, faço várias coisas na área de alimentação e as experiências que adquiri foi através de cursos de qualificação profissional que fiz. [...], Mas o ramo gastronômico tem altos e baixos e é preciso ter qualificação e educação básica senão não acompanha. [...] Atualmente trabalho no Hotel Majestic. Sou contratado como padeiro, mas quando precisam faço doces e também almoços. Estou montando uma pastelaria, minha esposa ajuda, também faço encomenda de doces e salgados [...] Quando não dá uma coisa dá outra. No início, para montar a pastelaria, peguei coisas emprestadas com os amigos, fui me virando. [...] Contribuo para o INSS e ganho, em média de 2 a 3 mil reais mensais. Antes da pastelaria, também tentei montar um grupo de trabalho, com mais 3 colegas que fizeram o curso comigo, mas não deu certo. São cabeças diferentes, objetivos diferentes, não deu. (R.W)

Comecei a trabalhar com 12 anos, trabalhei de empregada, sempre com limpeza. Trabalhava com carteira assinada, só quando fiquei desempregada que fazia faxinas aí não tinha. [...] Sempre fiz alguma coisa nessa área, mas antes de fazer o curso fiquei 6 meses desempregada. Procurei emprego em empresas, mas todos os lugares exigiam experiência ou qualificação, procurei emprego em várias áreas. [...] Atualmente faço salgados para encomenda, entrego em bares, e faço bolachas pra feira. [...] Contribuo com 2 salários para o INSS e ganho uns 2 mil reais por mês. [...] Quando fiz o curso eu esperava trabalhar como empregada e ganhar 500, 00 reais por mês, me sinto muito feliz com o que ganho hoje. (M. H.)

Comecei a trabalhar com 16 anos. Fui vendedora, operadora de telemarketing, atendente. Era com carteira assinada. [...] Antes de realizar o curso fiquei 8 meses desempregada. [...] Procurei emprego, mas no início da vida profissional da gente, a idade ajuda, mas não tem experiência, depois que tem experiência em algumas áreas é a idade que dificulta. [...] Hoje faço as unhas das clientes em casa. Logo que acabei o curso comecei a trabalhar em salão de beleza, mas não deu porque eu tinha que cuidar da minha filha de 7 anos. [...] Contribuo para o INSS como autônoma. [...] No verão tiro uns 3 salários por mês, mas no inverno cai pela metade. (R. C.)

Os sujeitos da pesquisa trazem características das novas exigências

do mercado no momento das contratações como, a polivalência na condição de assalariado; a experiência profissional; a aparência; a idade, entre outras. A questão da concorrência em pequenos empreendimentos também é observada, o que aponta para a necessidade dos trabalhadores, mesmo os não assalariados, mas que geram renda própria, estarem sempre se aperfeiçoando para não ficarem excluídos do processo produtivo.

Elementos são trazidos que demonstram o conhecimento dos usuários sobre a necessidade da educação na formação profissional das pessoas. Porém, observou-se que em alguns momentos houve a responsabilização do indivíduo quanto a obrigação de se qualificar e sendo o responsável pela sua condição de desempregado. Tais concepções são oriundas do discurso neoliberal, que individualiza o problema do desemprego, responsabiliza o sujeito e não trata o trabalho como um direito social.

Para os entrevistados, as experiências em qualificação profissional, são vistas como alternativas para buscar emprego e/ou gerar renda e garantir o sustento e a qualidade de vida de seus dependentes, apesar de não resolver o problema estrutural do desemprego no país. Essas famílias conseguem, a partir do trabalho, criar expectativas para o futuro dos filhos, sentem-se importantes, úteis e capazes. Sobre as experiências em cursos de qualificação relatam:

Eu já fiz curso de qualificação no SENAC de Porto Alegre, curso de garçom, barman, padeiro, mas o de padeiro no SENAC foi ruim. Em Florianópolis fiz curso de panificação e confeitaria, o curso foi excelente. [...] Só eu acho os curso mal divulgado. Eu soube porque procurei informação na carreta do SENAI que estava no Estreito, mas como o curso já estava acabando e aí fui fazer o curso na região norte. [...] No SENAI o professor foi excelente, dinâmico, e como eu já tinha alguma experiência tive facilidade. Só que alguns colegas só fizeram o curso para ter ocupação e não para conseguir emprego, e aí muitos não se interessam e atrapalham o rendimento da turma. [...] Escolhi fazer o curso na área gastronômica porque em Florianópolis tem muito mercado de trabalho. [...] Percebi que com a qualificação, quando você tiver que competir no mercado, você leva a melhor porque é qualificado. [...] A qualificação pra mim foi tudo, comecei sem nada, eu não tinha nada, pouco estudo, difícil conseguir bom emprego. Aí fui fazer os cursos em Porto Alegre. Estou bem, mas tenho expectativa de ganhar maior rendimento com a pastelaria daqui uns dois anos, porém tudo o que consegui foi graças a minha vontade e aos cursos. Alguns cursos são atrasados, não acompanham a inovação do mercado, os cursos são

insuficientes e as empresas cobram qualificação, mas não oferecem os cursos, a gente tem que ir atrás. (R.W.)

Eu já fiz outro curso também de panificação e confeitaria em 2006. Eu fazia em casa salgados e vendia para o pessoal da comunidade, mas aí veio um paulista e começou vender pizza perto de casa, tirou meus clientes e eu já não vendia mais nada. Aí fiz outro curso de panificação em 2008 no SENAI e só ganhei minha clientela agora, porque o professor do SENAI é ótimo e me ajudou muito, deu umas idéias, me ensinou até fazer pão de batata, coisas novas e aí ganhei meus clientes de volta. [...] Eu tive facilidade e os cursos foram maravilhosos. Antes do curso em 2008, eu morava com meus 4 filhos no fundo da casa de minha mãe, agora comprei um terreno e estou acabando de fazer a casa, e casei de novo. Comprei computador, telefone, melhorou até a qualidade da alimentação dos meus filhos. [...] No verão ganha mais, no inverno ganha menos. [...] pensei em desistir várias vezes no início, eu não tinha as coisas, como panela grande e fogão. No início a mãe me ajudou, graças a Deus, depois fui comprando as coisas usadas, e agora já to comprando fogão e panela grande. Como tem muita encomenda, tenho que ter as coisas senão não consigo fazer. [...] Eu acho que demorei uns 6 meses para ver dinheiro. [...] Acho que a qualificação para o trabalhador é tudo, muitas pessoas que fizeram o curso não deu certo, mas pra outros deu muito bem também. (M. H.)

Eu não tive outras experiências de qualificação profissional, a primeira foi esta no CRAS, eu fiquei sabendo por uma placa que tinha na creche aqui no bairro. Pra mim esse curso de manicure foi uma luz no fim do túnel. [...] No início tive um pouco de dificuldade, tinha medo de machucar, mas depois peguei confiança, e a professora confiava muito em mim. Já no primeiro dia ela pediu pra eu pintar a unha dela, e eu nunca tinha feito a unha de ninguém. [...] Eu escolhi o curso porque tenho uma filha para cuidar e tenho uma irmã que é deficiente, que mora com a mãe, e preciso cuidar dela, às vezes. Eu não posso ficar o dia todo fora trabalhando, como nos salões, era muito difícil. Agora possa sair trabalhar e levar minha filha junto. [...] Com o curso a auto-estima melhorou muito, conheci os colegas do curso. [...] me sinto capaz, apta para trabalhar e fazer alguma coisa. (R. C.)

As novas exigências do mercado para obtenção de emprego apontam para a necessidade de maior qualificação, o que torna o mercado mais competitivo e excludente para aqueles que não tem recursos para qualificarem-se. Dessa forma, as pessoas mais despossuídas economicamente buscam a

qualificação através de programas públicos, componente fundamental para adquirir renda ou para ocupar vagas no mercado que exige certas especializações.

De acordo com Pedroso (2001, p.11) “não é possível promover uma verdadeira inclusão das pessoas em risco ou situação de exclusão se esta não passar pela sua efectiva integração em instâncias fulcrais de participação na vida social como o campo da empregabilidade”.

Amaro (2001) ressalta que há diferença entre pobreza e exclusão social. A primeira diz respeito aos fatores econômicos, enquanto a exclusão social diz respeito a vínculos sociais. Porém, entende-se que fatores econômicos como a ausência de emprego, baixos rendimentos, precariedade no trabalho, provocam no campo social, falta de saúde, insegurança, quebra das relações sociais e afetivas, entre outros, o que demonstra a estreita relação entre pobreza econômica e exclusão social.

Em relação a inclusão social a partir do trabalho, obteve-se as seguintes afirmações dos entrevistados:

Com o trabalho a gente tem mais liberdade financeira, pode pagar o INSS pro futuro [...] Trabalho e estudo são importantes, cursos de línguas também é exigido no mercado. A minha filha já faz cursos de língua desde pequena, isso vai ser importante pra ela. [...] Empresa séria quer qualificação e não só rosto bonito, tu se valoriza, tudo parte da educação, você vê que o outro melhora e você melhora também. [...] Eu não busquei outros serviços junto a assistência social, e sou contra o Estado dar ajuda, deve dar educação, pois vê muito gente ociosa que não quer trabalhar, vê uma cultura de malandragem, vadiagem, deve ensinar ter amor à profissão. [...] Em relação aos cursos, sugiro que o professor deve ser bem selecionado, porque não é só passar a receita é preciso dar os truques e um bom profissional faz a diferença. Mas quem organizou e deu os cursos estão de parabéns. (R. W.).

Minha vida e da minha família melhorou muito depois que comecei a vender os salgados. Tudo ficou mais fácil, posso ter as minhas coisas. [...] Onde moro todos me conhecem, tenho muitos amigos. Estou sempre ocupada. Mudou a perspectiva do meu filho também que agora quer ser pizzaiolo, antes não sabia o que ia ser dele. [...] Mais pra frente quero montar uma casa de lanches e vender direto para as pessoas em vez de entregar em bares ou feiras, aí posso ganhar mais, mas agora to muito contente assim. [...] Antes de fazer o curso e começar a vender eu ganhava o

Bolsa Família, agora não preciso mais. [...] Mas acho que a Prefeitura deveria dar crédito, porque tentei pegar várias vezes e não consegui porque não tinha renda. Só consegui algumas coisas no início porque minha mãe me ajudou, e se não fosse assim eu tinha desistido e não teria dado certo. (M. H.)

Agora melhorou a minha qualidade de vida e da minha filha também. Por ser autônoma posso ficar com minha filha, e tenho mais liberdade pra fazer as coisas. [...] Hoje conheço muitas pessoas, algumas clientes que vou na casa delas são minhas amigas, me sinto mais importante para as pessoas. [...] Antes do curso eu não buscava outros serviços no CRAS. [...] Eu só queria agradecer muito a oportunidade de fazer o curso, as pessoas que me escolheram naquele momento e confiaram em mim. Naquele momento eu estava muito depressiva, desempregada, só o fato de sair de casa e ir no curso, encontrar amigos, faziam eu me sentir bem, animada. E as pessoas do CRAS são muito comprometidas. (R. C.)

A qualificação profissional é um importante elemento para a conquista de emprego, ou na geração de renda, ficando evidente que é uma maneira de contribuir para diminuir os impactos do desemprego para as famílias.

Entende-se que as várias formas de trabalho, desde que preservem a dignidade humana, são formas privilegiadas de inclusão social, pois que possibilitam aos sujeitos saírem da passividade, da dependência e do conformismo, características próprias da sociedade capitalista.

Sachs, (2003) aponta que o trabalho decente não é entendido como único responsável pela inclusão social, entretanto, é considerado o mais importante. A partir dessa compreensão, as políticas de geração de emprego, trabalho e renda, que não devem ser apenas residuais, devem ser macroeconômicas também, são estratégias fundamentais para tentar reverter o quadro de vulnerabilidade social em que os sujeitos se encontram, causada pelos altos índices de desemprego nos últimos anos.

De acordo com Sachs, (2003) a sociedade brasileira é extremamente desigual, uma das piores do mundo, e a mudança para essa situação é urgente. A mudança deve ocorrer com justiça social e crescimento econômico, ou seja, é fundamental aliar esses dois objetivos, política

econômica desenvolvendo juntamente com política social, ambas complementares e não excludentes. O autor sugere integrar o desenvolvimento nacional com os pequenos produtores e empreendedores, o que poderia significar trabalho digno a milhões de pessoas, assegurando o progresso e a inclusão social dessas pessoas e suas famílias.

Conforme Novaes (2003, p. 19-20):

A chave para colocar as pessoas no coração do desenvolvimento está em contemplar a diversidade de formas de trabalho na economia informal e nas pequenas empresas. É aí que se cria o maior número de empregos e onde estes mais contribuem para reduzir a pobreza. [...] Desenvolvimento deve ter três atributos básicos: desenvolvimento das pessoas; [...] desenvolvimento para as pessoas; [...] e desenvolvimento pelas pessoas.

Os indicadores mostram que o trabalho, além de importante para combater a pobreza, enriquece os sujeitos no plano social, garante melhor saúde e educação, favorece a perspectiva de vida para a família e possibilita um presente e futuro mais seguro a partir da contribuição para a Previdência Social. No plano subjetivo faz o sujeito sentir-se importante, melhorando a autoestima e garantindo segurança, elementos que caracterizam a inclusão social.

Novaes (2003, p. 45) afirma que para combater a desigualdade é preciso “políticas diretas de ataque à pobreza e à indigência e políticas para geração de trabalho decente (empregos e auto-empregos).” Sendo assim, as políticas de combate à pobreza e de inclusão social devem ter ações complementares.

Em vista disso, ressalta-se que o aumento das políticas de geração de trabalho e renda, principalmente a de qualificação profissional, no âmbito da política de assistência social são favoráveis. Pois que, os usuários da política de assistência social são aqueles com maior vulnerabilidade social, normalmente com baixa escolaridade e com necessidades peculiares e por isso, necessitam de políticas específicas.

Sendo assim, as políticas assistenciais complementadas por políticas de trabalho e renda, garantem a subsistência dos sujeitos, mas também fortalecem sua autonomia e emancipação social, pois incentivam o

emprego e o auto-emprego, fazendo com que essa população não permaneça como ‘assistidos crônicos’, ou seja, dependente permanente das políticas compensatórias.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as transformações sociais, políticas e econômicas, ocorridas desde a década de 90, tem desestruturado o mercado de trabalho. Este novo mercado de trabalho caracteriza-se por empresas com alta produção, tecnologias avançadas e um número cada vez mais reduzido de mão-de-obra humana. Esse processo provocou uma redução radical dos postos de trabalho e, conseqüentemente deixa milhares de famílias sem a renda necessária para suprir necessidades básicas, como por exemplo, saúde, educação, lazer, aprimoramento cultural e política, ainda que, a ausência desses direitos traz como conseqüência a exclusão social de um contingente significativo da população.

Diante desse contexto, os níveis das expressões da questão social tendem a acentuar e as conseqüencias são refletidas na sociedade, que sofre com aumento da violência, roubos, mendicância, trabalhos precários, entre outros.

O emprego, configurado pela forma de trabalho assalariado que assegura os direitos trabalhistas, vem-se reduzindo e milhares de trabalhadores são atingidos, principalmente os que não possuem qualificação profissional. Esta, embora seja uma política de focalização, que individualiza e responsabiliza o trabalhador por sua condição social, é uma exigência do mercado de trabalho atual. Portanto, se não houver políticas públicas de qualificação profissional voltada para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, apenas os que tem recursos financeiros para se qualificar serão inseridos no mercado de trabalho.

Sabe-se ainda, que a obtenção do emprego não depende apenas da qualificação, pois o mercado de trabalho define outros critérios de avaliação no momento das contratações, como a boa aparência, residirem perto do local de

emprego, idade, entre outras características decorrentes da educação básica, o que, nem sempre é uma realidade para o usuário das políticas de qualificação profissional.

Entretanto, o desafio está em construir políticas públicas de emprego, trabalho e renda em uma sociedade significativamente desigual, econômica e socialmente, como é o caso brasileiro, em que muitas pessoas vivem em situação de absoluta pobreza, num mercado de trabalho onde predomina a flexibilização e informalização das condições e relações de trabalho.

Ressalta-se que a qualificação profissional não está perto de ser uma alternativa para diminuir as desigualdades sociais, mas é fato que ela é uma proposta que contribui para o aumento da qualidade de vida. Esses indivíduos deixam de buscar ações assistenciais, obtêm renda para a família e acesso a bens e serviços capazes de garantir a inclusão social, o que melhora, inclusive, a auto-estima.

Os relatos dos entrevistados neste trabalho mostram como a inserção laboral, adquirida através da qualificação profissional, produz efeitos positivos para estes indivíduos e suas famílias, visto que garante a qualidade de vida, esta entendida como um pressuposto de cidadania, que transforma o excluído em cidadão.

Entende-se que não há qualidade de vida se o cidadão não dispõe de emprego, trabalho e renda, resultantes da existência de atividades econômicas que possam prover as necessidades mínimas do indivíduo e às de sua família. Porém, as políticas devem ir além da dimensão do mercado de trabalho que garantem o crescimento da atividade econômica, é necessário um conjunto de políticas de trabalho, de renda e sociais, entre estas de saúde, assistência social, de previdência, educação, entre outras.

Já para o profissional de Serviço Social inserido no mundo do trabalho é preciso compreender criticamente as tendências da expansão capitalista e situar-se dentro dos limites desse sistema e das transformações que lhe são impostas, tal como o fenômeno da globalização, da acumulação flexível e do grande fluxo das informações. É preciso, ainda, compreender as alterações de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços

profissionais, assim como as novas demandas dos trabalhadores na esfera empresarial, pois que, o impacto social dessas mudanças incide sobre os sujeitos com os quais os assistentes sociais atuam (GUIGNONI, et al. 1998).

Em relação à participação do estagiário em projetos sociais de qualificação profissional no âmbito da Prefeitura Municipal de Florianópolis, serão apresentadas algumas recomendações ao IGEOF que surgiram durante o período de estágio e no momento da execução deste trabalho:

- Disponibilizar recursos complementares, pessoais e orçamentários, a fim de garantir a continuidade do projeto de encaminhamento e inserção de alunos concluintes dos cursos de qualificação profissional no mercado de trabalho em Florianópolis;
- Elaborar relatório das turmas de cada curso executado, identificando os principais motivos de desistência de alunos durante a realização dos cursos com o objetivo de analisar e criar estratégias para evitar futuras evasões.
- Manter contato telefônico e/ou eletrônico com os alunos concluintes dos cursos de qualificação para levantar dados sobre a inserção dos mesmos no mercado de trabalho e se estão gerando renda. Estes dados são essenciais para avaliar a eficiência dos cursos de qualificação, e os efeitos destes na vida dos indivíduos e suas famílias.
- Ampliar o campo de estágio para os acadêmicos de Serviço Social.

A experiência com os cursos de qualificação profissional representa, dessa forma, um vasto campo de atuação para o profissional de Serviço Social, o qual, utilizando-se de conhecimentos teóricos, metodológicos, éticos e políticos propõe e intervém ‘propositivamente’ com ações que melhoram a qualidade de vida da classe mais empobrecida e excluída socialmente.

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. **Os despossuídos:** Crescimento e Pobreza no País do

Milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALBORNOZ, Susana. **O que é o trabalho?** Brasiliense, São Paulo: 5. ed. Coleção Primeiros Passos, 1992.

AMARAL, Roberto. Projeto Cidadão - A experiência de emprego e renda em Maceió. In: **Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso.** SIQUEIRA, Carlos Aquiles.(org) Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

AMARO, Rogério Roque. Economia e Exclusão social. In: PROACT-ISCTE. **Não à Pobreza: A Inclusão pela Economia.** Lisboa, 2001.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yazbeck. São Paulo: Cortez, São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho** 7 reimpressão. São Paulo: Bointempo, 2005.

ARRUDA JÚNIOR, E. L. (org) **Globalização, neoliberalismo e o mundo do Trabalho.** Curitiba: IBEJ, 1998.

BARBOSA, Cícero Ricardo França. **Empregabilidade e geração de renda: estratégias para a formação e implementação da política publicam de qualificação profissional a partir da experiência de Santa Catarina.** Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC: Florianópolis, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas.** BEHRING, E.R., ALMEIDA, M.H.T. (orgs). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Prefácio. In: **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas.** BEHRING, E.R., ALMEIDA, M.H.T. (orgs). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

BOSCHETTI, I. F. Seguridade Social e Trabalho: os paradoxos do complexo previdenciário-assistencial brasileiro. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Trabalho e Projeto ético-político profissional.** MARTINS, V.B. et al (orgs) vol. I. Goiania, 1998.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 36. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Brasília: 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: 2004.

BRAVO, M. I. S. Prefácio. In: **Serviço Social, Política Social e Trabalho: Desafios e Perspectivas para o século XXI**. Lúcia M. B. Freire, Silene de Moraes Freire, Alba Tereza Barroso de Castro (orgs.) São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Tradução de Mariângela B. Wanderley. Seminário Internacional: A questão social no contexto da globalização, PUC/ São Paulo, 14-17, out. 1996.

CONSERVA, Marinalva de Sousa. Trabalho Ambulante: atividade recriada em tempos de exclusão. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Trabalho e Projeto ético-político profissional**. MARTINS, V.B. et al (orgs) vol. II. Goiania, 1998.

COSTA, Lúcia Cortes da. Keynes – uma análise social da teoria da demanda efetiva. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 59. São Paulo: Cortez, 1999.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo, Cortez, 2004, p. 139 – 182.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e Cidadania Assistida**. Autores associados, São Paulo: 1995.

FERRARI, Irany, et AL. **História do Trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. São Paulo: Ed. LTr, 1998.

FERREIRA, Aurélio B. O. **Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI**. 1999.

FERREIRA, Joyce Pires. As políticas Sociais no Estado Neoliberal, o Terceiro Setor e o Serviço Social. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Trabalho e Projeto ético-político profissional**. MARTINS, V.B. et al (orgs) vol. I. Goiania, 1998.

FLORIANÓPOLIS. **Assistência Social: Direito do Cidadão e Dever do Estado**. SILVA, Luciana Pereira da, et al. (orgs). Florianópolis, 2007.

FLORIANÓPOLIS. **Pesquisa de Demanda de Mercado**. Org. Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis, 2005.

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Assistência Social: 2006-2009**. 2006.

FLORIANÓPOLIS. **Regimento Interno do Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis**. Florianópolis, 2003.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. N. 69. São Paulo: Cortez, 2002.

GUIGNONI, Andréa Souza, et al. Novas demandas postas para o Serviço Social no mundo do trabalho. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Trabalho e Projeto ético-político profissional**. MARTINS, V.B. et al (orgs) vol. II. Goiânia, 1998.

GUSMÃO, Rute. A reestruturação produtiva e a ideologia da solidariedade. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Trabalho e Projeto ético-político profissional**. MARTINS, V.B. et al (orgs) vol. I. Goiânia, 1998.

HADDAD, Fernando. Políticas de Geração de Emprego e Renda: alternativas dos trabalhadores. In: **Globalização, trabalho e desemprego: enfoque internacional**. HORTA, Carlos Roberto; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (orgs) Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IE-CESIT-UNICAMP. O sistema público de emprego no Brasil: quadro geral e principais desafios. In: **II Congresso Nacional: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. São Paulo: MTE, CODEFAT, FONSET, 2005.

IPEA. **Trabalho e Renda**. Políticas sociais – acompanhamento e análise. ed. especial. Brasília, s.d.

LISBOA, Teresa Kleba, GONÇALVES, Rita de Cássia. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. Rev. Katálysis, v. 10. Florianópolis, 2007.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: Uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996, p.14.

MARANHÃO, C.H. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. BEHRING, E.R., ALMEIDA, M.H.T. (orgs). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

MARQUES, Elizabete Kurtz. Mulheres mais escolarizadas num mercado de trabalho que ainda reproduz o modelo de família tradicional. IN: **Mulher e Trabalho**. FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE;-SP; FAT. – V.1 (mar.2001) Porto Alegre: CORAD, 2001.

MATTEI, L.; LINS, H. N. **A sócio economia catarinense no limiar do século XXI**. Artigo de Mestrado em Economia Industrial, n. 08. Florianópolis, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro II. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 735.6.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde**. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, ABRASCO, 1993.

MTE, et al. Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda Integrado, descentralizado e participativo: Matriz Institucional. In: **II Congresso Nacional: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. São Paulo: MTE, CODEFAT, FONSET, 2005

NOQUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOVAES, Washington. Rumo a um novo modelo para a economia brasileira. In: SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho: Desenvolvimento Humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. LOPES, José Sergio. **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 19 ? .

PASSOS, Simone Aparecida. **Formação de empreendimentos Produtivos no âmbito da Política Publica: relato de uma experiência**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC, Serviço Social. 2002.

PEDROSO, Paulo. Inserção pela Economia: aprofundar a activacao da luta contra a exclusão em Portugal. In: PROACT-ISCTE. **Não à Pobreza: A Inclusão pela Economia**. Lisboa, 2001.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (orgs). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

POCHMANN, Márcio. Políticas de emprego e renda no Brasil: algumas considerações. In: **Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais**. Lucia Bógus, Ana Yara Paulino (orgs) São Paulo: EDUC, 1997.

POCHMANN, Márcio. Políticas de emprego e renda no Brasil: algumas considerações. In: **Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais**. BÓGUS, Lúcia; PAULINO, Ana Yara. (orgs) São Paulo: EDUC, 1997.

PRANDI, J.R. **O Trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Simbob, 1978.

RIBAS, Lineu Ferreira. **Qualificação Profissional e a Dicotomia emprego desemprego**. Dissertação de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas**. Estudos Avançados 18 (51), 2004.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho:** Desenvolvimento Humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Ed. Best Seller, 2000, p. 609.

SANTOS, Rosa Maria de Souza, SILVA, Claudia Oliveira da. Qualificação e empregabilidade: a experiência do núcleo FIEMG de oportunidades de trabalho. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais:** Trabalho e Projeto ético-político profissional. MARTINS, V.B. et al (orgs) vol. II. Goiania, 1998.

SERRA, Rose. Enfrentamento do desemprego/subemprego – alternativas de trabalho/renda na atual conjuntura brasileira. In: **Serviço Social, Política Social e Trabalho:** Desafios e Perspectivas para o século XXI. Lúcia M. B. Freire, Silene de Moraes Freire, Alba Tereza Barroso de Castro (orgs.) São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

SILVA , M.O.S. e YAZBEK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo:** tema e conteúdo do livro. São Paulo: Cortez: FAPEMA, 2006.

TAVARES, M.A. Desemprego e razão dual por que o enfoque dual não é mais facilmente incorporado pela agenda dos políticos? In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais:** Trabalho e Projeto ético-político profissional. MARTINS, V.B. et al (orgs) vol. II. Goiania, 1998.

TEDESCO, João Carlos. Economia Solidária: novos caminhos e novas racionalidades no campo socioeconômico. In: **Economia Solidária e Reestruturação Produtiva:** (sobre) vivências no mundo do trabalho atual. TEDESCO, João Carlos; CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. (orgs). Passo Fundo: UPF, 2001.

TODESCHINI, Remígio. Rumo ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda integrado e participativo. In: **II Congresso Nacional: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.** São Paulo: MTE, CODEFAT, FONSET, 2005.

VIANA, N. **Catadores de lixo:** renda familiar, consumo e trabalho precoce. Revista Estudos. vol. 27 n.3, 2000.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia. Acessado em 10 de junho de 2009.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/portalfederativo/iproductiva>. Acessado em 10 de junho de 2009.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1.0 Identificação

- a) **Nome:**
- b) **Idade:**
- c) **Escolaridade:**
- d) **Local de moradia:**

1.1 Composição Familiar

- a) **Estado civil:**
- b) **Filhos:**
- c) **Parentes e agregados:**
- d) **Naturalidade:**
- e) **A quanto tempo reside em Florianópolis?**
- f) **Qual expectativa, motivo da migração?**

2.0 Trajetória Laboral

- a) **Com que idade começou a trabalhar?**
- b) **Quais as experiências de trabalho, formal e informal?**
- c) **Teve situação de desemprego? Qual o período de duração? Em que outras áreas procurou emprego?**
- d) **Atualmente que atividade profissional desenvolve?**
- e) **Você contribui para o INSS?**
- f) **Na atividade desenvolvida, qual a renda aproximada?**

3.0 Qualificação Profissional

- a) **Por que meio obteve informações sobre os cursos do IGEOF/CRAS?**
- b) **Teve outras experiências de qualificação profissional, cursos, etc.?**
- c) **No IGEOF/CRAS, de quais cursos participou?**
- d) **Como você avalia os cursos realizados? Teve dificuldades, facilidades? Quais?**
- e) **Porque escolheu este curso?**
- f) **Percebeu resultados na sua vida após a realização do curso? Quais? (oferta de trabalho, inserção profissional, participação em cooperativa)**
- g) **Qual a importância da qualificação para o trabalhador?**

4.0 Inclusão Social

- a) **O que mudou na sua vida e de sua família após a inserção laboral?**
- b) **Como avalia sua inclusão social a partir do trabalho?**
- c) **Anterior a qualificação, buscava serviços junto a Assistência Social? Quais? E atualmente?**
- d) **Sugestões, comentários em relação a qualificação profissional que realizou?**

ANEXOS

ORGANOGRAMA IGEOF

